

SUMÁRIO

ÍNDICE CRONOLÓGICO	25
--------------------------	----

1. PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	43
---	-----------

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	108
---	------------

CÓDIGO DE ÉTICA DA ANOREG-BR	130
---	------------

MEDIDA PROVISÓRIA	134
--------------------------------	------------

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001	134
<i>Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.</i>	

LEIS FEDERAIS	136
----------------------------	------------

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	136
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.</i>	

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	149
<i>Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.711, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988	189
<i>Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991	189
<i>Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.522, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992	190
<i>Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	191
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>	

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996	197
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997	201
<i>Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	209
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências</i>	

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000	213
<i>Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para</i>	

a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	214
<i>Institui o Código Civil.</i>	

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916	332
<i>Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.</i>	

LEI Nº 10.426, DE 24 DE ABRIL DE 2002*	391
<i>Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003*	392
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006*	394
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.630, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007	395
<i>Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.</i>	

LEI Nº 11.971, DE 6 DE JULHO DE 2009	395
<i>Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.</i>	

LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012	395
<i>Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.</i>	

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	396
<i>Código de Processo Civil.</i>	

LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	471
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto-composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	

LEI Nº 13.286, DE 10 DE MAIO DE 2016	475
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994</i>	

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	475
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</i>	

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020	485
<i>Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as</i>	

licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022	487
<i>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</i>	

LEI Nº 14.398, DE 8 DE JULHO DE 2022	490
<i>Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.</i>	

LEI Nº 14.534, DE 11 DE JANEIRO DE 2023	490
<i>Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.</i>	

LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023	491
<i>Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.</i>	

*. Excerto.

LEI Nº 14.756,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023 493
Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, e dá outras providências.

LEI Nº 15.040,
DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024 494
Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

**LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS
 DECRETOS REGULAMENTADORES** 503

LEI Nº 5.433,
DE 8 DE MAIO DE 1968 503
Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.799,
DE 30 DE JANEIRO DE 1996 503
Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

LEI Nº 8.212,
DE 24 DE JULHO DE 1991* 504
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.048,
DE 6 DE MAIO DE 1999* 507
Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

LEI Nº 13.146,
DE 6 DE JULHO DE 2015 516
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETO Nº 9.451,
DE 26 DE JULHO DE 2018 528
Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

LEI Nº 13.874,
DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 529
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.278,
DE 18 DE MARÇO DE 2020 534
Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

DECRETOS-LEIS 535

DECRETO-LEI Nº 4.657,
DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 535
Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

DECRETO-LEI Nº 1.510,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 537
Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.537,
DE 13 DE ABRIL DE 1977 538
Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.

DECRETOS FEDERAIS 539

DECRETO Nº 61.078,
DE 26 DE JULHO DE 1967 539
Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

DECRETO Nº 3.598,
DE 12 DE SETEMBRO DE 2000* 547
Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.

DECRETO Nº 166,
DE 3 DE JULHO DE 1991* 547
Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.

DECRETO Nº 862,
DE 9 DE JULHO DE 1993* 547
Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.

DECRETO Nº 6.891,
DE 2 DE JULHO DE 2009* 548
Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

DECRETO Nº 7.107,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010 548
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

DECRETO Nº 7.574,
DE 29 DE SETEMBRO DE 2011* 550
Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148,
DE 6 DE JULHO DE 2015 551
Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

DECRETO Nº 8.660,
DE 29 DE JANEIRO DE 2016 552
Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.

DECRETO Nº 8.742,
DE 4 DE MAIO DE 2016 554
Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 8.936,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016 554
Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 9.580,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018* 555
Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

DECRETO Nº 9.830,
DE 10 DE JUNHO DE 2019 556
Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

**RESOLUÇÕES DO CONSELHO
 NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** 559

RESOLUÇÃO Nº 20,
DE 29 DE AGOSTO DE 2006,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 559
Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.

RESOLUÇÃO Nº 67,
DE 3 DE MARÇO DE 2009,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 559
Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 80,
DE 9 DE JUNHO DE 2009,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 574
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.

RESOLUÇÃO Nº 81,
DE 9 DE JUNHO DE 2009,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 576
Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.

RESOLUÇÃO Nº 125,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 583
Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 228,
DE 22 DE JUNHO DE 2016,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 586
Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da

Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

RESOLUÇÃO Nº 401,
DE 16 DE JUNHO DE 2021,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA588
Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

RESOLUÇÃO Nº 469,
DE 31 DE AGOSTO DE 2022,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA592
Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº 541,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA596
Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.

RESOLUÇÃO Nº 609,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA598
Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojetos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº 629,
DE 30 DE JUNHO DE 2025
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA598
Assegura às pessoas com deficiência que se candidatem aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Poder Judiciário o direito a condições adaptadas de realização das respectivas provas, notadamente as orais, com plena acessibilidade, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF 600

RESOLUÇÃO Nº 31,
DE 7 DE JUNHO DE 2019 600
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

RESOLUÇÃO COAF Nº 40,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021 600
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 602

PROVIMENTO Nº 23,
DE 24 DE OUTUBRO DE 2012**602
Dispõe sobre a restauração de livros extraviados ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro.

PROVIMENTO Nº 24,
DE 23 DE OUTUBRO DE 2012602
Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema “Justiça Aberta”.

PROVIMENTO Nº 25,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012602
Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

PROVIMENTO Nº 41,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2014603
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

PROVIMENTO Nº 45,
DE 13 DE MAIO DE 2015605
Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 50,
DE 28 DE SETEMBRO DE 2015606
Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.

PROVIMENTO Nº 60,
DE 10 DE AGOSTO DE 2017**613
Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica.

PROVIMENTO Nº 61,
DE 17 DE OUTUBRO DE 2017613
Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.

PROVIMENTO Nº 62,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017614
Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

PROVIMENTO Nº 67,
DE 26 DE MARÇO DE 2018**615
Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.

PROVIMENTO Nº 69,
DE 12 DE JUNHO DE 2018**615
Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil.

PROVIMENTO Nº 74,
DE 31 DE JULHO DE 2018615
Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e

disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 77,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018616
Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.

PROVIMENTO Nº 78,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018**617
Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 79,
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018617
Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 85,
DE 19 DE AGOSTO DE 2019617
Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.

PROVIMENTO Nº 107,
DE 24 DE JUNHO DE 2020618
Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 108,
DE 3 DE JULHO DE 2020619
Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 127,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022620
Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 130,
DE 24 DE JUNHO DE 2022621
Dispõe sobre diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).

PROVIMENTO Nº 133,
DE 15 DE AGOSTO DE 2022622
Disciplina a alimentação do PAINEL Nacional dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registro, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

PROVIMENTO Nº 134,
DE 24 DE AGOSTO DE 2022622
Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PROVIMENTO Nº 139,
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023**622
Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a

** Incorporado pelo CNN.

Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCPN) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 147, DE 4 DE JULHO DE 2023623
Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023624
Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.

PROVIMENTO Nº 156, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2023716
Dispõe sobre as normas a serem observadas nas inspeções e correções de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, nas unidades judiciais e administrativas dos tribunais e nos serviços notariais e de registro.

PROVIMENTO Nº 159, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023721
Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais - FIC-RCPN, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas - FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 162, DE 11 DE MARÇO DE 2024723
Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 176, DE 23 DE JULHO DE 2024725
Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 180, DE 16 DE AGOSTO DE 2024726
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - Serp; e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 184, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024726
Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios - ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 201, DE 28 DE JULHO DE 2025729
Dispõe sobre os procedimentos referentes à política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça criada pelo Provimento CN 147/2023; regulamenta o protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores, em fluxo integrado com a Ouvidoria Nacional da Mulher; reestrutura o canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 205, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025731
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais para as serventias extrajudiciais classificadas como agentes de tratamento de pequeno porte, nos termos da Resolução CD/ANPD n. 2, de 27 de janeiro de 2022.

RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ732

RECOMENDAÇÃO Nº 9, DE 7 DE MARÇO DE 2013732
Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.

RECOMENDAÇÃO Nº 28, DE 17 DE AGOSTO DE 2018732
Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciais de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCS).

RECOMENDAÇÃO Nº 39, DE 19 DE JUNHO DE 2019733
Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 46, DE 22 DE JUNHO DE 2020734
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 47, DE 12 DE MARÇO DE 2021734
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 49, DE 3 DE MARÇO DE 2022735
Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ736

ORIENTAÇÃO Nº 7, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018736
Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas

INSTRUÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ737

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 105, DE 9 DE JANEIRO DE 2025737
Dispõe sobre a tramitação integrada de procedimentos entre a Ouvidoria Nacional da Mulher e a Corregedoria Nacional de Justiça para tratamento de representações administrativas e demandas relacionadas aos direitos das mulheres no âmbito do Poder Judiciário, na esfera de suas respectivas atribuições.

PORTARIA CONJUNTA DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN E RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB738

PORTARIA Nº 1.751, DE 2 DE OUTUBRO DE 2014738
Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

PORTARIA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SPUSED/ME741

PORTARIA Nº 24.218, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020741
Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.

INSTRUÇÕES DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB743

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022*743
Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.186, DE 12 DE ABRIL DE 2024744
Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

2. PARTE ESPECIAL

2.1. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

LEIS FEDERAIS 751

LEI Nº 765,
DE 14 DE JULHO DE 1949 751
Dispõe sobre o registro civil de nascimento.

LEI Nº 2.375,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954 751
Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.

LEI Nº 3.764,
DE 25 DE ABRIL DE 1960 751
Estabelece rito sumariíssimo para retificações no registro civil.

LEI Nº 5.891,
DE 12 DE JUNHO DE 1973 751
Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau.

LEI Nº 6.001,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 751
Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

LEI Nº 6.515,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 755
Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.683,
DE 28 DE AGOSTO DE 1979 757
Concede anistia e dá outras providências.

LEI Nº 8.069,
DE 13 DE JULHO DE 1990 758
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.501,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992 787
Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.

LEI Nº 8.560,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 787
Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

LEI Nº 8.971,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 788
Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.

LEI Nº 9.140,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995 788
Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

LEI Nº 9.265,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 789
Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

LEI Nº 9.278,
DE 10 DE MAIO DE 1996 790
Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.465,
DE 7 DE JULHO DE 1997 790
Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.

LEI Nº 11.804,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 790
Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.

LEI Nº 11.976,
DE 7 DE JULHO DE 2009 790
Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

LEI Nº 12.662,
DE 5 DE JUNHO DE 2012 791
Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

LEI Nº 13.257,
DE 8 DE MARÇO DE 2016* 791
Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

LEI Nº 13.444,
DE 11 DE MAIO DE 2017 794
Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

DECRETOS-LEIS 796

DECRETO-LEI Nº 5.782,
DE 30 DE AGOSTO DE 1943 796
Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.

DECRETO-LEI Nº 6.239,
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1944 796
Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.

LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR 797

LEI Nº 7.116,
DE 29 DE AGOSTO DE 1983 797
Assegura validade nacional às Cartelas de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.

LEI Nº 9.454,
DE 7 DE ABRIL DE 1997 797
Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.977,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 798
Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

LEI Nº 13.445,
DE 24 DE MAIO DE 2017 800
Institui a Lei de Migração

DECRETO Nº 9.199,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017* 809
Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

DECRETOS 813

DECRETO Nº 7.037,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009* 813
Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.231,
DE 14 DE JULHO DE 2010 814
Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.727,
DE 28 DE ABRIL DE 2016 814
Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 9.929,
DE 22 DE JULHO DE 2019 815
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.

DECRETO Nº 10.063,
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019 816
Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

DECRETO Nº 678,
DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992* 813
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

RESOLUÇÕES 819

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) 819

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 03,
DE 19 DE ABRIL DE 2012,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP) 819
Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 820

RESOLUÇÃO Nº 155,
DE 16 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 820
Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior

* Excerto.

** Incorporado pelo CNN.

RESOLUÇÃO Nº 175,
DE 14 DE MAIO DE 2013, DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ822
*Dispõe sobre a habilitação, celebração de casa-
mento civil, ou de conversão de união estável em
casamento, entre pessoas de mesmo sexo.*

RESOLUÇÃO Nº 270,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018, DO CONSE-
LHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ822
*Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas
trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços
judiciários, membros, servidores, estagiários e tra-
balhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.*

RESOLUÇÃO Nº 402,
DE 28 DE JUNHO DE 2021,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ823
*Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âm-
bito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Na-
turais, para melhor preparação para o casamento
civil, e dá outras providências.*

RESOLUÇÃO Nº 601,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ824
*Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os
assentos de óbito de todos os mortos e desapareci-
dos vítimas da ditadura militar.*

RESOLUÇÃO Nº 634,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2025,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ825
*Institui diretrizes e procedimentos para atenção e
apoio aos familiares de pessoas desaparecidas,
no âmbito das ações judiciais de declaração de au-
sência, morte presumida e demais procedimentos
relacionados ao desaparecimento de pessoas, e dá
outras providências.*

RESOLUÇÃO Nº 644,
DE 22 DE SETEMBRO DE 2025,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ827
*Dispõe sobre a lavratura e retificação dos assentos
de óbito das vítimas da Chacina de Acari, em cum-
primento à sentença da Corte Interamericana de
Direitos Humanos no Caso Leite de Souza e outros
vs. Brasil.*

**RESOLUÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES
DE REGISTRO CIVIL 828**

RESOLUÇÃO Nº 1,
DE 9 DE JULHO DE 2015828
*Dispõe sobre a padronização dos procedimentos
para envio de dados pelas serventias de registro
civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de
Informações de Registro Civil – Sirc.*

RESOLUÇÃO Nº 4,
DE 28 DE MAIO DE 2019.....829
*Dispõe sobre o compartilhamento de dados do
Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
- Sirc.*

RESOLUÇÃO Nº 8,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021831
*Regulamenta o § 6º do artigo 7º do Decreto nº
9.929 de 22 de julho de 2019.*

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)..... 831**

RESOLUÇÃO Nº 2.320,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2022, DO CONSE-
LHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)831
*Adota normas éticas para a utilização de técnicas
de reprodução assistida – sempre em defesa do
aperfeiçoamento das práticas e da observância aos
princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer
maior segurança e eficácia a tratamentos e proce-
dimentos médicos, tornando-se o dispositivo deon-
tológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e
revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada
no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021,
Seção I, p. 60.*

**PROVIMENTOS DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 834**

PROVIMENTO Nº 12,
DE 6 DE AGOSTO DE 2010834
*Determinar que seja remetido, em forma que pre-
serve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias
Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os no-
mes e endereços dos alunos que, naquela unidade
da Federação, não possuem paternidade estabele-
cida, segundo os dados do Censo escolar.*

PROVIMENTO Nº 13,
DE 3 DE SETEMBRO DE 2010**835
*Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento
nos estabelecimentos de saúde que realizam par-
tos.*

PROVIMENTO Nº 14,
DE 29 DE ABRIL DE 2011.....835
*Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Ofícios
de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de
segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda
do Brasil.*

PROVIMENTO Nº 15,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011836
*Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Ofícios
de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de
segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda
do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.*

PROVIMENTO Nº 16,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012836
*Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro
Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supos-
tos pais de pessoas que já se acharem registradas
sem paternidade estabelecida, bem como sobre o
reconhecimento espontâneo de filhos perante os
referidos registradores.*

PROVIMENTO Nº 26,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 840
Dispõe sobre o “Projeto Pai Presente – 2012”

PROVIMENTO Nº 28,
DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013**841
*Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas
hipóteses que disciplina.*

PROVIMENTO Nº 37,
DE 7 DE JULHO DE 2014**841
*Dispõe sobre o registro de união estável no Livro
“E” do registro civil das pessoas naturais, sobre o
termo declaratório de reconhecimento e dissolução
de união estável lavrado perante o registro civil das
pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial
do regime de bens na união estável e sobre a con-
versão da união estável em casamento. (Redação
dada pelo Provimento n. 141, de 16.3.2023)*

PROVIMENTO Nº 46,
DE 16 DE JUNHO DE 2015**841
*Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe so-
bre a Central de Informações de Registro Civil das
Pessoas Naturais – CRC.*

PROVIMENTO Nº 51,
DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**841
*Dispõe sobre a averbação de carta de sentença ex-
pedida após homologação de sentença estrangeira
relativa a divórcio ou separação judicial.*

PROVIMENTO Nº 53,
DE 16 DE MAIO DE 2016**842
*Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Re-
gistro Civil das Pessoas Naturais da sentença es-
trangeira de divórcio consensual simples ou puro,
no assento de casamento, independentemente de
homologação judicial.*

PROVIMENTO Nº 63,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017842
*Institui modelos únicos de certidão de nascimento,
de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos
ofícios de registro civil das pessoas naturais, e dis-
põe sobre o reconhecimento voluntário e a averba-
ção da paternidade e maternidade socioafetiva no
Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão
da respectiva certidão dos filhos havidos por repro-
dução assistida.*

PROVIMENTO Nº 73,
DE 28 DE JUNHO DE 2018 843
*Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome
e do gênero nos assentos de nascimento e casa-
mento de pessoa transgênero no Registro Civil das
Pessoas Naturais (RCPN).*

PROVIMENTO Nº 81,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018847
*Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil
de Pessoas Naturais.*

PROVIMENTO Nº 82,
DE 3 DE JULHO DE 2019847
*Dispõe sobre o procedimento de averbação, no
registro de nascimento e no de casamento dos fi-
lhos, da alteração do nome do genitor e dá outras
providências.*

PROVIMENTO Nº 104,
DE 9 DE JUNHO DE 2020** 848
*Dispõe sobre o envio de dados registrares, das pes-
soas em estado de vulnerabilidade socioeconômica,
pelo Cartórios de Registro Civil de Pessoas Na-
turais, diretamente ou por intermédio da Central de
Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais-
CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e
do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão
de registro geral de identidade.*

PROVIMENTO Nº 122,
DE 13 DE AGOSTO DE 2021 848
*Dispõe sobre o assento de nascimento no Regis-
tro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o
campo sexo da Declaração de Nascimento Vivo (DNV)
ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido pre-
enchido “ignorado”.*

PROVIMENTO Nº 137,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022**853
*Estabelece regras para o envio, ao Tribunal Superior
Eleitoral, da comunicação de alteração de prenome
prevista no art. 56, § 3º, da Lei n. 6.015/1973, com a
redação dada pela Lei n. 14.382/2022.*

PROVIMENTO Nº 151,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.....853
*Altera o Código Nacional de Normas da Correg-
doria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de
Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra),
instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto
de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto
e para estabelecer o procedimento de promoção do
registro de nascimento de criança ou adolescente
no caso de omissão.*

PROVIMENTO Nº 152, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.....	854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para aprimorar as regras de averbação de alteração de nome, de gênero ou de ambos de pessoas transgênero.	
PROVIMENTO Nº 153, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.....	854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o procedimento de alteração extrajudicial do nome perante o Registro Civil das Pessoas Naturais.	
PROVIMENTO Nº 157, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.....	854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a autenticação de usuários, assinatura eletrônica e lista de serviços eletrônicos confiáveis do Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais – ON-RCPN.	
PROVIMENTO Nº 177, DE 15 DE AGOSTO DE 2024.....	855
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o procedimento para restauração e suprimento de registro civil diretamente nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.	
PROVIMENTO Nº 182, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024.....	855
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais.	
PROVIMENTO Nº 191, DE 25 DE ABRIL DE 2025.....	864
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar os procedimentos relativos aos assentos de nascimentos decorrentes de adoção unilateral.	
PROVIMENTO Nº 199, DE 25 DE JUNHO DE 2025.....	864
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.	

RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....	867
RECOMENDAÇÃO Nº 6, DE 2 DE JULHO DE 2012	867
Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificado para emissão de certidões pelos Órgãos de Registro Civil das Pessoas Naturais.	
RECOMENDAÇÃO Nº 8, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012	867
Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.	
RECOMENDAÇÃO Nº 18, DE 2 DE MARÇO DE 2015.....	867
Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.	
RECOMENDAÇÃO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2015	868
Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.	
RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2016	868
Recomenda aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.	
RECOMENDAÇÃO Nº 40, DE 2 DE JULHO DE 2019	868
Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.	
RECOMENDAÇÃO Nº 43, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.....	869
Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.	
RECOMENDAÇÃO Nº 50, DE 18 DE JULHO DE 2022.....	869
Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.	
ORIENTAÇÃO DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ.....	870
ORIENTAÇÃO Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2013	870
Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna “CID” do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	871
INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2024	871
Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).	

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS	876
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116, DE 5 MAIO DE 2021	876
Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexistente pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.	
PORTARIAS	879
PORTARIA Nº 938, DE 20 DE MAIO DE 2002 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	879
PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009 DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	879
Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.	
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019 DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES	884
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.	
PORTARIA Nº 901, DE 20 DE MAIO DE 2021 DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.....	889
Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Civis - SIRC.	
PORTARIA Nº 1.137, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.....	890
Credencia a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil) para prestar o serviço de disponibilização e assinatura da Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo em meio digital (ATPV-e).	
PORTARIA Nº 548, DE 30 DE JULHO DE 2024 DO MINISTÉRIO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	890
Delega competência para praticar atos relativos à adesão do Ministério das Relações Exteriores às centrais de informação de registros civis públicos e de atos notariais no Brasil.	

2.2. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

LEI COMPLEMENTAR 893

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 893
 Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

LEIS FEDERAIS 923

LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 923
 Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 931
 Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994* 932
 Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 932
 Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008 940
 Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

LEI Nº 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013 941
 Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

LEI Nº 12.881, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013 941
 Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

LEI Nº 12.973, DE 13 DE MAIO DE 2014* 942
 Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de

27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências.

LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014* 943
 Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016 944
 Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

LEI Nº 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020 945
 Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

LEI Nº 14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021* 946
 Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro

de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

LEI FEDERAL AGRUPADA COM SEU DECRETO REGULAMENTADOR 951

LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 951
 Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996 955
 Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

DECRETOS-LEIS 965

DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939 965
 Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.

DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 965
 Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 9.085, DE 25 DE MARÇO DE 1946 967
 Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas

DECRETOS FEDERAIS 968

DECRETO Nº 24.778, DE 14 DE JULHO DE 1934 968
 Reconhece ser objeto de penhor os créditos garantidos por hipoteca ou penhor, os quais, para esse efeito, considerar-se-ão coisa móvel.

PROVIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 969

PROVIMENTO Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 969
 Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

PROVIMENTO Nº 48, DE 16 DE MARÇO DE 2016** 969
 Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.

PROVIMENTO Nº 196, DE 4 DE JUNHO DE 2025 969
 Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras sobre o processo de busca e apreensão e consolidação de propriedade fiduciária extrajudiciais de bem móvel perante o Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS 971

INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA
FEDERAL DO BRASIL 971

**INSTRUÇÃO NORMATIVA
RFB Nº 2.119,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022** 971
Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO
DEPARTAMENTO DE REGISTRO
EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO
– DREI 981

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81,
DE 10 DE JUNHO DE 2020** 981
Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/MEMP Nº 1,
DE 5 DE JANEIRO DE 2025** 1000
Dispõe sobre os critérios de análise para verificação de identidade e semelhança de nomes empresariais e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL – TSE 1006

**RESOLUÇÃO Nº 23.670,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021** 1006
Dispõe sobre as federações de partidos políticos.

2.3. REGISTRO DE IMÓVEIS

MEDIDAS PROVISÓRIAS 1011

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001** 1011
Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.

LEIS COMPLEMENTARES 1012

**LEI COMPLEMENTAR Nº 76,
DE 6 DE JULHO DE 1993** 1012
Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 93,
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998** 1013
Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 109,
DE 29 DE MAIO DE 2001*** 1014
Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 214,
DE 16 DE JANEIRO DE 2025*** 1015
Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

LEIS FEDERAIS 1019

**LEI Nº 2.185,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954** 1019
Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.

**LEI Nº 2.666,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955** 1019
Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

**LEI Nº 4.132,
DE 10 DE SETEMBRO DE 1962** 1019
Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

**LEI Nº 4.331,
DE 1º DE JUNHO DE 1964** 1020
Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas

**LEI Nº 4.380,
DE 21 DE AGOSTO DE 1964** 1020
Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito

Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

**LEI Nº 4.519,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1964** 1027
Dispõe sobre a liquidação por acordo das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

**LEI Nº 4.591,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964** 1028
Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

**LEI Nº 4.864,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965** 1041
Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.

**LEI Nº 5.741,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971** 1044
Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

**LEI Nº 5.972,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973** 1044
Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

**LEI Nº 6.383,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976** 1045
Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.404,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976*** 1047
Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

**LEI Nº 6.530,
DE 12 DE MAIO DE 1978** 1053
Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.

**LEI Nº 6.739,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979** 1055
Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.766,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979** 1056
Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

**LEI Nº 6.855,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980*** 1064
Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.

**LEI Nº 6.938,
DE 31 DE AGOSTO DE 1981** 1064
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.969,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981** 1068
Dispõe sobre a Aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.

**LEI Nº 6.987,
DE 13 DE ABRIL DE 1982** 1069
Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.004,
DE 14 DE MARÇO DE 1990** 1069
Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.009,
DE 29 DE MARÇO DE 1990** 1071
Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

**LEI Nº 8.025,
DE 12 DE ABRIL DE 1990** 1072
Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.

**LEI Nº 8.245,
DE 18 DE OUTUBRO DE 1991** 1073
Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

**LEI Nº 8.397,
DE 6 DE JANEIRO DE 1992** 1080
Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.

**LEI Nº 8.668,
DE 25 DE JUNHO DE 1993** 1081
Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.130, de 2021)

**LEI Nº 8.692,
DE 28 DE JULHO DE 1993** 1084
Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

**LEI Nº 8.847,
DE 28 DE JANEIRO DE 1994** 1086
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.

**LEI Nº 9.393,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996** 1086
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.

* Excerto.

** Incorporado pelo CNN.

LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	1089
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000	1094
<i>Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001	1100
<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	1102
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002*	1107
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.998, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004	1108
<i>Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.</i>	
LEI Nº 11.483, DE 31 DE MAIO DE 2007*	1108
<i>Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1110
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	
LEI Nº 12.024, DE 27 DE AGOSTO DE 2009	1113
<i>Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de 7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	1115
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015*	1118
<i>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de</i>	

partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

LEI Nº 13.139, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1123
<i>Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015	1125
<i>Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.</i>	

LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015	1126
<i>Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de</i>	

1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1130
<i>Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.</i>	

LEI Nº 13.347, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016	1131
<i>Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	1132
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.476, DE 28 DE AGOSTO DE 2017	1143
<i>Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.</i>	

LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	1144
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	

LEI Nº 14.011, DE 10 DE JUNHO DE 2020	1147
<i>Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16</i>	

de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

LEI Nº 14.118,
DE 12 DE JANEIRO DE 2021 1147
Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.

LEI Nº 14.119,
DE 13 DE JANEIRO DE 2021 1148
Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

LEI Nº 14.334,
DE 10 DE MAIO DE 2022 1152
Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.

LEI Nº 14.430,
DE 3 DE AGOSTO DE 2022 1152
Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.

LEI Nº 14.620,
DE 13 DE JULHO DE 2023 1157
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

LEI Nº 15.042,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024* 1164
Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES 1169

LEI Nº 4.504,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 1169
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

DECRETO Nº 59.428,
DE 27 DE OUTUBRO DE 1966 1184
Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

LEI Nº 4.947,
DE 6 DE ABRIL DE 1966 1192
Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

DECRETO Nº 59.566,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966 1195
Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

LEI Nº 5.709,
DE 7 DE OUTUBRO DE 1971 1201
Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras providências.

DECRETO Nº 74.965,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974 1202
Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

LEI Nº 5.768,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971 1204
Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.

DECRETO Nº 70.951,
DE 9 DE AGOSTO DE 1972* 1208
Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.

LEI Nº 5.868,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972 1211
Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.

DECRETO Nº 72.106,
DE 18 DE ABRIL DE 1973 1212
Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

LEI Nº 6.634,
DE 2 DE MAIO DE 1979 1216
Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

DECRETO Nº 85.064,
DE 26 DE AGOSTO DE 1980 1217
Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

LEI Nº 8.629,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 1221
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

DECRETO Nº 9.311,
DE 15 DE MARÇO DE 2018 1226
Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

LEI Nº 9.636,
DE 15 DE MAIO DE 1998 1232
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.725,
DE 10 DE JANEIRO DE 2001 1244
Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

LEI Nº 9.985,
DE 18 DE JULHO DE 2000 1247
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

DECRETO Nº 5.746,
DE 5 DE ABRIL DE 2006 1253
Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

LEI Nº 11.428,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 1255
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

DECRETO Nº 6.660,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 2008 1259
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

LEI Nº 11.952,
DE 25 DE JUNHO DE 2009 1265
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.341,
DE 22 DE OUTUBRO DE 2010 1270
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.592,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 1272
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

*. Excerto.

**. Incorporado pelo CNN.

LEI Nº 11.977,
DE 7 DE JULHO DE 2009 1279
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.499,
DE 16 DE JUNHO DE 2011* 1289
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.

LEI Nº 12.651,
DE 25 DE MAIO DE 2012 1289
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.640,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 1303
Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

LEI Nº 13.001,
DE 20 DE JUNHO DE 2014* 1306
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.

DECRETOS-LEIS 1310

DECRETO-LEI Nº 25,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 1310
Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO-LEI Nº 58,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937 1311
Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

DECRETO-LEI Nº 1.003,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938 1314
Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 3.200,
DE 19 DE ABRIL DE 1941 1314
Dispõe sobre a organização e proteção da família.

DECRETO-LEI Nº 3.240,
DE 8 DE MAIO DE 1941 1317
Sujeita a sequestro os bens de pessoas indicadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.

DECRETO-LEI Nº 3.365,
DE 21 DE JUNHO DE 1941 1317
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

DECRETO-LEI Nº 6.777,
DE 8 DE AGOSTO DE 1944 1321
Dispõe sobre a sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis.

DECRETO-LEI Nº 9.760,
DE 5 DE SETEMBRO DE 1946 1321
Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 57,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966 1334
Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 271,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 1334
Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 745,
DE 7 DE AGOSTO DE 1969 1335
Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.075,
DE 22 DE JANEIRO DE 1970 1335
Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.

DECRETO-LEI Nº 1.381,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974 1336
Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.865,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981 1338
Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.

DECRETO-LEI Nº 1.876,
DE 15 DE JULHO DE 1981 1339
Dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.958,
DE 9 DE SETEMBRO DE 1982 1339
Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência, de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.976,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982 1340
Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.375,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987 1340
Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.398,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987 1341
Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.

DECRETOS FEDERAIS 1344

DECRETO Nº 24.643,
DE 10 DE JULHO DE 1934 1344
Decreta o Código de Águas.

DECRETO Nº 3.079,
DE 15 DE SETEMBRO DE 1938 1354
Regulamenta o Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

DECRETO Nº 62.504,
DE 8 DE ABRIL DE 1968 1357
Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

DECRETO Nº 95.760,
DE 1º DE MARÇO DE 1988 1358
Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

DECRETO Nº 95.956,
DE 22 DE ABRIL DE 1988 1359
Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.

DECRETO Nº 96.084,
DE 23 DE MAIO DE 1988 1359
Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.

DECRETO Nº 99.672,
DE 6 DE NOVEMBRO DE 1990 1360
Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.

DECRETO Nº 433,
DE 24 DE JANEIRO DE 1992 1360
Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

DECRETO Nº 578,
DE 24 DE JUNHO DE 1992 1361
Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária.

DECRETO Nº 1.775,
DE 8 DE JANEIRO DE 1996 1362
Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.922,
DE 5 DE JUNHO DE 1996 1363
Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.382,
DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 1364
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

DECRETO Nº 4.449,
DE 30 DE OUTUBRO DE 2002 1372
Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.523,
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 1374
Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.

DECRETO Nº 4.887,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 1374
Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETO Nº 7.830,
DE 17 DE OUTUBRO DE 2012 1376
Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

DECRETO Nº 9.310,
DE 15 DE MARÇO DE 2018 1378
Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.

DECRETO Nº 9.354,
DE 25 DE ABRIL DE 2018 1393
Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.

DECRETO Nº 11.208,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2022 1394
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.

DECRETO Nº 11.995,
DE 15 DE ABRIL DE 2024 1395
Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.

DECRETO Nº 12.046,
DE 5 DE JUNHO DE 2024 1397
Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 1403

PROVIMENTO Nº 33,
DE 3 DE JULHO DE 2013** 1403
Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal.

PROVIMENTO Nº 43,
DE 17 DE ABRIL DE 2015** 1403
Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que residam ou tenham sede no exterior e possuam a maioria do capital social.

PROVIMENTO Nº 44,
DE 18 DE MARÇO DE 2015 1403
Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.

PROVIMENTO Nº 65,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017** 1406
Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.

PROVIMENTO Nº 70,
DE 12 DE JUNHO DE 2018** 1407
Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.

PROVIMENTO Nº 89,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 1407
Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.

PROVIMENTO Nº 94,
DE 28 DE MARÇO DE 2020** 1410
Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.

PROVIMENTO Nº 115,
DE 24 DE MARÇO DE 2021 1411
Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 124,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 1412
Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.

PROVIMENTO Nº 143,
DE 25 DE ABRIL DE 2023 1413
Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula – CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 144,
DE 25 DE ABRIL DE 2023 1414
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 145,
DE 23 DE JUNHO DE 2023 1416
Institui o Prêmio “Solo Seguro”, com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.

PROVIMENTO Nº 150,
DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 1416
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial, nos termos do art. 216-B da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 158,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023 1417
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas - “Solo Seguro - Favela” - e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 169,
DE 27 DE MAIO DE 2024 1419
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro único da incorporação e da instituição do condomínio especial sobre frações ideais.

PROVIMENTO Nº 174,
DE 2 DE JULHO DE 2024 1419
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o dever dos notários e registradores em comunicar as mudanças de titularidades de imóveis aos municípios.

PROVIMENTO Nº 183,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024 1419
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o reconhecimento de firma de títulos procedentes de entes coletivos.

PROVIMENTO Nº 187,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024 1420
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer dispensa de escritura pública nos contratos ou termos administrativos de desapropriação extrajudicial.

PROVIMENTO Nº 188,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024 1420
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para revogar o Provimento nº 39/2014 e dispor sobre o funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) 2.0, destinada ao cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens específicos ou do patrimônio indistinto, bem como das ordens para cancelamento de indisponibilidade.

PROVIMENTO Nº 195,
DE 3 DE JUNHO DE 2025 1420
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para criar o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI); para disciplinar procedimentos de saneamento e de retificação no Registro de Imóveis e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 204,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025 1422
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o módulo destinado ao envio de solicitações de averbações de Certidões de Dívida Ativa (MCDA), disponível no Sistema Eletrônico de Registros Públicos (SERP).

ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ 1423

ORIENTAÇÃO Nº 5,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013 1423
Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.

** Incorporado pelo CNN.

ORIENTAÇÃO Nº 12, DE 16 DE MAIO DE 2023	1423
<i>Dispõe sobre a emissão da certidão de situação jurídica de imóvel.</i>	

RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ..... 1424

RECOMENDAÇÃO Nº 41, DE 2 DE JULHO DE 2019	1424
<i>Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.</i>	

PORTARIAS..... 1425

PORTARIA Nº 491, DE 11 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ	1425
<i>Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.</i>	

PORTARIA Nº 327, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	1425
<i>Dispõe sobre o procedimento de reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União.</i>	

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	1426
<i>Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.</i>	

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2025, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA E MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF	1431
<i>Regulamenta o procedimento de compensação de obrigações de empresas estatais e sociedades de economia mista perante a União na aquisição de imóveis rurais, conforme o art. 33 do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.</i>	

PORTARIA Nº 72, DE 19 DE JANEIRO DE 2021, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	1427
<i>Autorização ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API – Application Programming Interface.</i>	

PORTARIA Nº 131, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA – MINFRA*	1428
<i>Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.</i>	

PORTARIA MDR Nº 3.242, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022	1429
<i>Aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM, nos municípios brasileiros.</i>	

PORTARIA INCRA Nº 2.502, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022	1430
<i>Aprova o Manual Técnico para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – MTGIR - 2ª Edição.</i>	

PORTARIA CONJUNTA Nº 2.948, DE 2 DE MAIO DE 2024, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS – MGI E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU	1430
<i>Institui o Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação de Imóveis.</i>	

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017, DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU	1426
<i>Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÕES NORMATIVAS..... 1433

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77, DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DO INCRA	1433
<i>Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82, DE 27 DE MARÇO DE 2015, DO INCRA	1434
<i>Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83, DE 30 DE JULHO DE 2015, DO INCRA	1436
<i>Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, DO INCRA	1441
<i>Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, DO INCRA	1447
<i>Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 208, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019, CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	1449
<i>Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.968, DE 22 DE JULHO DE 2020, CONJUNTA DA RFB E INCRA	1450
<i>Estabelece prazos e procedimentos para atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) que visa propiciar a integração entre esses sistemas cadastrais com a finalidade de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIIR).</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 104, DE 29 DE JANEIRO DE 2021, DO INCRA	1451
<i>Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.030, DE 24 DE JUNHO DE 2021	1457
<i>Institui o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107, DE 18 OUTUBRO DE 2021, DO INCRA	1458
<i>Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, DO INCRA	1460
<i>Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 124, DE 26 DE JULHO DE 2022, DO INCRA	1463
<i>Estabelece os procedimentos para análise do cumprimento e liberação das cláusulas e condições resolutivas de instrumentos de titulação decorrentes de regularização fundiária, incidentes em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e da União sob gestão do Incra.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128, DE 30 DE AGOSTO DE 2022, DO INCRA	1467
<i>Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 9 DE AGOSTO DE 2023, DA FUNAI	1469
<i>Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142, DE 28 DE MAIO DE 2024, DO INCRA	1471
<i>Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.203, DE 17 DE JULHO DE 2024, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB	1474
<i>Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais – Cafir.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 146, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA	1477
<i>Estabelece procedimentos para instrução da fase administrativa da desapropriação por interesse</i>	

social para promover a justa distribuição da terra, com fundamento no art. 5º, XXIV da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, e parâmetros para realização de acordo extrajudicial.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 147, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA 1479
Estabelece procedimentos a serem adotados pelo INCRA para compra e venda de imóveis rurais, na forma do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, com alterações promovidas pelos Decretos nº 2.614 de 1998 e 2.680 de 1998, e Decreto nº 11.995,

de 15 de abril de 2024 e define as alçadas de decisão e outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 30 DE ABRIL DE 2025, DA FUNAI 1482
Estabelece os procedimentos para a constituição de Reserva Indígena por meio da destinação de Terras Públicas e áreas desafetadas, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.275, DE 15 DE AGOSTO DE 2025 1483
Dispõe sobre a adoção do Cadastro Imobiliário Brasileiro e o compartilhamento de informações

por meio do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais pelos serviços notariais e de registro, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

NOTA TÉCNICA 1485

NOTA TÉCNICA INCRA Nº 3.448, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 1485
Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.

2.4. TABELIONATO DE NOTAS

CÓDIGO BRASILEIRO DE ÉTICA E DISCIPLINA NOTARIAL 1489

LEIS FEDERAIS 1491

LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 1491
Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 1491
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências

LEI Nº 11.441, DE 4 DE JANEIRO DE 2007 1493
Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.

LEI Nº 12.440, DE 7 DE JULHO DE 2011 1494
Acrescenta Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 1494
Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021* 1495
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES 1496

LEI Nº 7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985 1496
Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.

DECRETO Nº 93.240, DE 9 DE SETEMBRO DE 1986 1496
Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências".

LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017 1497
Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017 1499
Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)

DECRETO FEDERAL 1503

DECRETO Nº 8.058, DE 26 DE JULHO DE 2013* 1503
Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 1504

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1504
Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1507
Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.

RESOLUÇÃO Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA... 1508
Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 1513

RESOLUÇÃO Nº 301, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024, DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 1513
Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) 1514

RESOLUÇÃO Nº 1.995, DE 9 DE AGOSTO DE 2012, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) 1514
Dispõe sobre as diretrizes antecipadas de vontade dos pacientes.

RESOLUÇÃO Nº 2.232, DE 17 DE JULHO DE 2019, DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) 1514
Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO 1516

RESOLUÇÃO Nº 809, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 1516
Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 1518

PROVIMENTO Nº 18, DE 28 DE AGOSTO DE 2012** 1518
Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.

PROVIMENTO Nº 56, DE 14 DE JULHO DE 2016 1518
Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.

PROVIMENTO Nº 100, DE 26 DE MAIO DE 2020** 1518
Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 103, DE 4 DE JUNHO DE 2020 1519
Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 164, DE 27 DE MARÇO DE 2024 1520
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra),

*. Excerto.

instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano - AEDO.

**PROVIMENTO Nº 172,
DE 5 DE JUNHO DE 2024** 1524
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a forma para contratação da garantia de alienação fiduciária de bens imóveis.

**PROVIMENTO Nº 175,
DE 15 DE JULHO DE 2024** 1524
Altera o art. 440-AO do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer o alcance dos sujeitos envolvidos em operações de securitização de recebíveis imobiliários na permissão de lavratura de instrumento particular na formalização dos negócios translativos de créditos reais, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 194,
DE 26 DE MAIO DE 2025** 1524
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra),

instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dar nova redação ao art. 273 a fim de permitir o acesso às informações constantes na Central de Escrituras e Procurações (CEP) por qualquer interessado, nos termos em que especifica.

**PROVIMENTO Nº 197,
DE 13 DE JUNHO DE 2025** 1525
Regulamenta o § 1º do art. 7º-A da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o serviço de conta notarial vinculada, estabelece procedimentos para o depósito, administração e movimentação condicionada de valores por tabeliães de notas, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 200,
DE 25 DE JUNHO DE 2025** 1526
Acrescenta o § 6º ao art. 292 do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para assegurar a liberdade de escolha do tabelião de notas na emissão de certificado digital notariado, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

**PROVIMENTO Nº 206,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2025** 1527
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a consulta à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (Censec) pelos juízes em processos de interdição acerca da existência de eventual escritura de autocratela.

RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ..... 1528

**RECOMENDAÇÃO Nº 3,
DE 15 DE MARÇO DE 2012** 1528
Dispõe sobre cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**RECOMENDAÇÃO Nº 22,
DE 6 DE JUNHO DE 2016** 1528
Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS 1529

**INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 24,
DE 12 DE AGOSTO DE 2025** 1529
Estabelece os procedimentos para o recebimento de bens imóveis situados em Unidades de Conservação federais de domínio público com fins de regularização fundiária, através da Doação Voluntária, Doação Antecipada, Doação para Compensação de Reserva Legal, Doação com fins de Compensação Florestal e para Cumprimento de outras Medidas Compensatórias, conforme processo administrativo 02070.020445/2024-93.

2.5. TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA

LEIS FEDERAIS 1551

**LEI Nº 4.728,
DE 14 DE JULHO DE 1965** 1551
Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

**LEI Nº 5.474,
DE 18 DE JULHO DE 1968** 1559
Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.024,
DE 13 DE MARÇO DE 1974** 1561
Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.830,
DE 22 DE SETEMBRO DE 1980** 1566
Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

**LEI Nº 7.357,
DE 2 DE SETEMBRO DE 1985** 1569
Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

**LEI Nº 9.430,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996*** 1573
Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

**LEI Nº 9.492,
DE 10 DE SETEMBRO DE 1997** 1574
Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.

**LEI Nº 11.101,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005** 1579
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

**LEI Nº 12.810,
DE 15 DE MAIO DE 2013** 1607
Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

**LEI Nº 13.775,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018** 1611
Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

**LEI Nº 14.206,
DE 27 DE SETEMBRO DE 2021*** 1612
Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

**LEI Nº 14.286,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021*** 1613
Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis nºs 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e

revoga as Leis nºs 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis nºs 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.

DECRETOS-LEI 1616

**DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940*** 1616
Código Penal

**DECRETO-LEI Nº 5.452,
DE 1º DE MAIO DE 1943*** 1616
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

DECRETOS FEDERAIS 1617

**DECRETO Nº 1.102,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903** 1617
Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.

*. Excerto.

**. Incorporado pelo CNN.

DECRETO Nº 2.044,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908..... 1621
Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

DECRETO Nº 57.663,
DE 24 DE JANEIRO DE 1966..... 1625
Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

DECRETO Nº 1.240,
DE 15 DE SETEMBRO DE 1994..... 1634
Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevideu, em 8 de maio de 1979.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ..... 1636

RESOLUÇÃO Nº 547,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024..... 1636
Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.

RESOLUÇÃO Nº 558,
DE 6 DE MAIO DE 2024..... 1636
Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ..... 1641

PROVIMENTO Nº 30,
DE 19 DE ABRIL DE 2013**..... 1641
Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.

PROVIMENTO Nº 86,
DE 29 DE AGOSTO DE 2019**..... 1641
Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 87,
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**..... 1641
Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros

documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 97,
DE 27 DE ABRIL DE 2020**..... 1642
Regula os procedimentos de intimação nos tabeliães de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.

PROVIMENTO Nº 167,
DE 21 DE MAIO DE 2024..... 1642
Altera o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial, para fins de atualização e uniformização nacional acerca das regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória.

PROVIMENTO Nº 168,
DE 27 DE MAIO DE 2024..... 1642
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a proposta de solução negocial prévia ao protesto, sobre a proposta de renegociação de dívida já protestada e para dar outras providências.

PROVIMENTO Nº 186,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024..... 1643
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para adequar a redação do § 5º do seu art. 356 ao teor do § 3º do art. 14 da Lei n. 9.492/1997, incluído pela Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal de Garantias).

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO..... 1644

RECOMENDAÇÃO Nº 99,
DE 13 DE JUNHO DE 2023..... 1644
Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea “c” do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – COFECON..... 1645

RESOLUÇÃO Nº 1.924,
DE 30 DE JANEIRO DE 2015..... 1645
Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDA's nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL..... 1646

RESOLUÇÃO Nº 2,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015*..... 1646
Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN..... 1647

RESOLUÇÃO Nº 498,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015..... 1647
Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN..... 1648

RESOLUÇÃO Nº 314,
DE 26 DE ABRIL DE 2023..... 1648
Dispõe sobre a execução dos serviços de compensação de cheques apresentados à Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe) e sobre questões operacionais relacionadas ao cheque.

PORTARIAS..... 1654

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,
DE 23 DE AGOSTO DE 2013,
DA AGU/BACEN..... 1654
Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.

PORTARIA Nº 429,
DE 4 DE JUNHO DE 2014,
DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN..... 1654
Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

2.6. TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTROS DE CONTRATOS MARÍTIMOS

LEI FEDERAL..... 1657

LEI Nº 7.652,
DE 3 DE FEVEREIRO DE 1988..... 1657
Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.

DECRETO..... 1660

DECRETO Nº 5.372-B,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1927..... 1660
Cria os ofícios privativos de notas e registro de contratos marítimos e dá outras providências

*. Excerto.

**. Incorporado pelo CNN.

3. LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS, LETRAS E NOTAS

LEIS FEDERAIS 1663

LEI Nº 492,
DE 30 DE AGOSTO DE 1937 1663
Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia

LEI Nº 6.313,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975 1665
Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.

LEI Nº 6.840,
DE 3 DE NOVEMBRO DE 1980 1666
Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.

LEI Nº 7.684,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988 1666
Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.

LEI Nº 9.138,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995 1666
Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

LEI Nº 10.931,
DE 2 DE AGOSTO DE 2004 1668
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.

LEI Nº 11.076,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 1675
Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre

o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

LEI Nº 11.775,
DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 1680
Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

LEI Nº 11.882,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 1695
Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.

LEI Nº 13.986,
DE 7 DE ABRIL DE 2020 1696
Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nºs 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

LEI Nº 14.937,
DE 26 DE JULHO DE 2024* 1701
Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.

LEIS FEDERAIS AGRUPADAS COM SEUS DECRETOS REGULAMENTADORES 1703

LEI Nº 4.829,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965 1703
Institucionaliza o crédito rural.

DECRETO Nº 58.380,
DE 10 DE MAIO DE 1966 1705
Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.

LEI Nº 8.929,
DE 22 DE AGOSTO DE 1994 1709
Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.

DECRETO Nº 10.828,
DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 1713
Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

DECRETOS-LEIS 1714

DECRETO-LEI Nº 70,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 1714
Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 167,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967 1716
Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 413,
DE 9 DE JANEIRO DE 1969 1721
Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.

4. SÚMULAS E ENUNCIADOS RELACIONADOS

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF 1729

SÚMULAS VINCULANTES 1729
SÚMULAS 1729

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1731

ENUNCIADOS DA I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1735

I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1735

ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1738

I JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1738
III JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1743

IV JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1747

V JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1750

VI JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1754

VII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1756

VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1757

IX JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1758

ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1760

I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1760

II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1761

III JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1762

ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764

I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764

II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764

III JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764

ENUNCIADOS DA JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1766

I JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” 1766

*. Excerto.

**. Incorporado pelo CNN.

**II JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO
EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS”** 1769

**ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL –
CJF** 1774

**I JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL** 1774

**ENUNCIADOS DO COLÉGIO NOTARIAL
DO BRASIL – CNB** 1775

**XIX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL
– CNB/CF – MAIO/2014** 1775

**XX CONGRESSO DE
DIREITO NOTARIAL – CNB/CF
– OUTUBRO/2015** 1775

**XXI CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL
– CNB/CF – OUTUBRO/2016** 1775

**XXII CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL
– CNB/CF – JUNHO/2017** 1775

**XXIV CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL
– CNB/CF – AGOSTO/2019** 1775

**ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO
DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1777

**X CONGRESSO DE DIREITO
DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO
DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1777

**XI CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1777

**XII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1777

**XIII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1778

**XIV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1778

**XV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA
DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO
DE FAMÍLIA (IBDFAM)** 1778

**RECOMENDAÇÕES PARA AS CÂMARAS
NACIONAIS E OS CONSELHOS NACIONAIS
DOS NOTARIADOS MEMBROS DA UNIÃO
INTERNACIONAL DO NOTARIADO – UINL –
OUTUBRO/2016** 1779

**TEMA 1: O NOTÁRIO COMO TERCEIRO DE
CONFIANÇA** 1779

*Recomendações para as câmaras nacionais e os
conselhos nacionais dos notariados membros da
UINL.*

**TEMA 2: A ESCRITURA PÚBLICA E A DIGI-
TALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS:
DIREITOS TÉCNICOS E JURÍDICOS** 1780

**CONCLUSÕES INTERNACIONAIS
DO 30º CONGRESSO MUNDIAL
DA UNIÃO INTERNACIONAL DO
NOTARIADO (UINL)** 1781

**TEMA 1: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLI-
CA NOTARIAL EM ÂMBITO VIRTUAL** 1781

**TEMA 2: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLI-
CA NOTARIAL VINCULADO À RECUPERAÇÃO
DAS ECONOMIAS NACIONAIS NA
ÉPOCA PÓS-PANDEMIA** 1781

**ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS
NOTARIAIS E DE REGISTRO DA ESCOLA
NACIONAL DE DIREITO NOTARIAL E DE
REGISTROS – ENNOR** 1782

**ORIENTAÇÃO
SOBRE NOTAS** 1782

**ORIENTAÇÃO
SOBRE REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS** 1782

**ORIENTAÇÃO
SOBRE REGISTRO DE IMÓVEIS** 1782

ÍNDICE CRONOLÓGICO

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988** 43

**ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS** 108

CÓDIGO DE ÉTICA DA ANOREG-BR 130

**CÓDIGO BRASILEIRO DE ÉTICA
E DISCIPLINA NOTARIAL** 1489

MEDIDAS PROVISÓRIAS

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001** 134
Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220,
DE 4 DE SETEMBRO DE 2001** 1011
Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.

LEIS COMPLEMENTARES

**LEI COMPLEMENTAR Nº 76,
DE 6 DE JULHO DE 1993** 1012
Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 93,
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998** 1013
Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 109,
DE 29 DE MAIO DE 2001*** 1014
Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 123,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006** 893
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 214,
DE 16 DE JANEIRO DE 2025*** 1015
Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

LEIS FEDERAIS

**LEI Nº 3.071,
DE 1º DE JANEIRO DE 1916** 332
Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

**LEI Nº 492,
DE 30 DE AGOSTO DE 1937** 1663
Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia

**LEI Nº 765,
DE 14 DE JULHO DE 1949** 751
Dispõe sobre o registro civil de nascimento.

**LEI Nº 2.185,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 1954** 1019
Modifica a data de início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao domínio da União.

**LEI Nº 2.375,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1954** 751
Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.

**LEI Nº 2.666,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955** 1019
Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas.

**LEI Nº 3.764,
DE 25 DE ABRIL DE 1960** 751
Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil.

**LEI Nº 4.132,
DE 10 DE SETEMBRO DE 1962** 1019
Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

**LEI Nº 4.331,
DE 1º DE JUNHO DE 1964** 1020
Dispõe sobre a aquisição, por Governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas

**LEI Nº 4.380,
DE 21 DE AGOSTO DE 1964** 1020
Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

**LEI Nº 4.504,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964** 1169
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

**LEI Nº 4.519,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 1964** 1027
Dispõe sobre a liquidação por acordo das desapropriações efetuadas no Nordeste e dá outras providências.

**LEI Nº 4.591,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964** 1028
Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

**LEI Nº 4.728,
DE 14 DE JULHO DE 1965** 1551
Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

**LEI Nº 4.829,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 1965** 1703
Institucionaliza o crédito rural.

**LEI Nº 4.864,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 1965** 1041
Cria Medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil.

**LEI Nº 4.947,
DE 6 DE ABRIL DE 1966** 1192
Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.172,
DE 25 DE OUTUBRO DE 1966** 136
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**LEI Nº 5.433,
DE 8 DE MAIO DE 1968** 503
Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

**LEI Nº 5.474,
DE 18 DE JULHO DE 1968** 1559
Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.709,
DE 7 DE OUTUBRO DE 1971** 1201
Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.741,
DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971** 1044
Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

**LEI Nº 5.764,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971** 923
Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.768,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971** 1204
Abre a legislação sobre distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, estabelece normas de proteção à poupança popular, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.868,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972** 1211
Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.

**LEI Nº 5.891,
DE 12 DE JUNHO DE 1973** 751
Altera normas sobre exame médico na habilitação de casamento entre colaterais de terceiro grau.

**LEI Nº 5.972,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973** 1044
Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

**LEI Nº 6.001,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973** 751
Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

**LEI Nº 6.015,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973** 149
Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.024,
DE 13 DE MARÇO DE 1974** 1561
Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.

**LEI Nº 6.099,
DE 12 DE SETEMBRO DE 1974** 931
Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências.

LEI Nº 6.313,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 19751665
Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.

LEI Nº 6.383,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 1045
Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.

LEI Nº 6.404,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976* 1047
Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

LEI Nº 6.515,
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977755
Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.

LEI Nº 6.530,
DE 12 DE MAIO DE 1978 1053
Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.

LEI Nº 6.634,
DE 2 DE MAIO DE 19791216
Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

LEI Nº 6.683,
DE 28 DE AGOSTO DE 1979757
Concede anistia e dá outras providências.

LEI Nº 6.739,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979 1055
Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras providências.

LEI Nº 6.766,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 1056
Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

LEI Nº 6.830,
DE 22 DE SETEMBRO DE 19801566
Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI Nº 6.840,
DE 3 DE NOVEMBRO DE 19801666
Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.

LEI Nº 6.855,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1980* 1064
Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências.

LEI Nº 6.858,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 19801491
Dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares.

LEI Nº 6.938,
DE 31 DE AGOSTO DE 1981 1064
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 6.969,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 1068
Dispõe sobre a Aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.

LEI Nº 6.987,
DE 13 DE ABRIL DE 1982 1069
Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.

LEI Nº 7.116,
DE 29 DE AGOSTO DE 1983797
Assegura validade nacional às Carteira de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.

LEI Nº 7.357,
DE 2 DE SETEMBRO DE 19851569
Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

LEI Nº 7.433,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 19851496
Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.

LEI Nº 7.652,
DE 3 DE FEVEREIRO DE 19881657
Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.

LEI Nº 7.684,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 19881666
Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias.

LEI Nº 7.711,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988189
Dispõe sobre formas de melhoria da administração tributária e dá outras providências.

LEI Nº 8.004,
DE 14 DE MARÇO DE 1990 1069
Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

LEI Nº 8.009,
DE 29 DE MARÇO DE 19901071
Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

LEI Nº 8.025,
DE 12 DE ABRIL DE 19901072
Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 8.069,
DE 13 DE JULHO DE 1990758
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI Nº 8.159,
DE 8 DE JANEIRO DE 1991189
Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

LEI Nº 8.212,
DE 24 DE JULHO DE 1991*504
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

LEI Nº 8.245,
DE 18 DE OUTUBRO DE 19911073
Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

LEI Nº 8.397,
DE 6 DE JANEIRO DE 1992 1080
Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 8.501,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992787
Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências.

LEI Nº 8.522,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 1992190
Extingue taxas, emolumentos, contribuições, parcela da União das Custas e Emolumentos da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 8.560,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992787
Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.

LEI Nº 8.629,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 19931221
Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

LEI Nº 8.668,
DE 25 DE JUNHO DE 19931081
Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 14.130, de 2021)

LEI Nº 8.692,
DE 28 DE JULHO DE 1993 1084
Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.

LEI Nº 8.847,
DE 28 DE JANEIRO DE 1994 1086
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e dá outras providências.

LEI Nº 8.906,
DE 4 DE JULHO DE 1994*932
Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

LEI Nº 8.929,
DE 22 DE AGOSTO DE 1994 1709
Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.

LEI Nº 8.934,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994951
Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

LEI Nº 8.935,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 191
Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

LEI Nº 8.971,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994788
Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.

LEI Nº 9.096,
DE 19 DE SETEMBRO DE 1995932
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

LEI Nº 9.138,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 19951666
Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

LEI Nº 9.140,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995788
Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

LEI Nº 9.265,
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996789
Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

LEI Nº 9.278,
DE 10 DE MAIO DE 1996790
Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.307,
DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 197
Dispõe sobre a arbitragem.

LEI Nº 9.393,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996 1086
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.

LEI Nº 9.430,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996*1573
Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.

- LEI Nº 9.434,**
DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 1491
Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências
- LEI Nº 9.454,**
DE 7 DE ABRIL DE 1997 797
Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.
- LEI Nº 9.465,**
DE 7 DE JULHO DE 1997 790
Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.
- LEI Nº 9.492,**
DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 1574
Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.
- LEI Nº 9.514,**
DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 1089
Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.
- LEI Nº 9.532,**
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997 201
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
- LEI Nº 9.613,**
DE 3 DE MARÇO DE 1998 209
Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências
- LEI Nº 9.636,**
DE 15 DE MAIO DE 1998 1232
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
- LEI Nº 9.985,**
DE 18 DE JULHO DE 2000 1247
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- LEI Nº 10.150,**
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000 1094
Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.
- LEI Nº 10.169,**
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 213
Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.
- LEI Nº 10.188,**
DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001 1100
Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.
- LEI Nº 10.257,**
DE 10 DE JULHO DE 2001 1102
Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- LEI Nº 10.406,**
DE 10 DE JANEIRO DE 2002 214
Institui o Código Civil.
- LEI Nº 10.426,**
DE 24 DE ABRIL DE 2002* 391
Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.
- LEI Nº 10.522,**
DE 19 DE JULHO DE 2002* 1107
Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.
- LEI Nº 10.741,**
DE 1º DE OUTUBRO DE 2003* 392
Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.
- LEI Nº 10.931,**
DE 2 DE AGOSTO DE 2004 1668
Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.
- LEI Nº 10.998,**
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004 1108
Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.
- LEI Nº 11.076,**
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 1675
Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural - CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.
- LEI Nº 11.101,**
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 1579
Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
- LEI Nº 11.419,**
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006* 394
Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências.
- LEI Nº 11.428,**
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 1255
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
- LEI Nº 11.441,**
DE 4 DE JANEIRO DE 2007 1493
Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.
- LEI Nº 11.483,**
DE 31 DE MAIO DE 2007* 1108
Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.
- LEI Nº 11.630,**
DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007 395
Institui o Dia Nacional do Notário e do Registrador.
- LEI Nº 11.649,**
DE 4 DE ABRIL DE 2008 940
Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.
- LEI Nº 11.775,**
DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 1680
Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006, 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 11.524, de 24 de setembro de 2007, 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 11.718, de 20 de junho de 2008, 8.427, de 27 de maio de 1992, 10.420, de 10 de abril de 2002, o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.
- LEI Nº 11.795,**
DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 1110
Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.
- LEI Nº 11.804,**
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 790
Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.
- LEI Nº 11.882,**
DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 1695
Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências.
- LEI Nº 11.952,**
DE 25 DE JUNHO DE 2009 1265
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
- LEI Nº 11.971,**
DE 6 DE JULHO DE 2009 395
Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.
- LEI Nº 11.976,**
DE 7 DE JULHO DE 2009 790
Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.
- LEI Nº 11.977,**
DE 7 DE JULHO DE 2009 1279
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- LEI Nº 12.024,**
DE 27 DE AGOSTO DE 2009 1113
Dá nova redação aos arts. 4º, 5º e 8º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, atribui à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL as atribuições de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública; altera as Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.652, de

7 de abril de 2008, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências.

LEI Nº 12.440,
DE 7 DE JULHO DE 2011 1494
Acréscita Título VII-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

LEI Nº 12.651,
DE 25 DE MAIO DE 2012 1289
Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LEI Nº 12.662,
DE 5 DE JUNHO DE 2012 791
Assegura validade nacional à Declaração de Nascimento Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

LEI Nº 12.682,
DE 9 DE JULHO DE 2012 395
Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

LEI Nº 12.810,
DE 15 DE MAIO DE 2013 1607
Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012.

LEI Nº 12.879,
DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013 941
Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

LEI Nº 12.881,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013 941
Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

LEI Nº 12.973,
DE 13 DE MAIO DE 2014* 942
Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de

20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências.

LEI Nº 13.001,
DE 20 DE JUNHO DE 2014* 1306
Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que específica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.844, de 19 de julho de 2013, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 12.806, de 7 de maio de 2013, 12.429, de 20 de junho de 2011, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 8.918, de 14 de julho de 1994, 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.

LEI Nº 13.019,
DE 31 DE JULHO DE 2014* 943
Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

LEI Nº 13.089,
DE 12 DE JANEIRO DE 2015 1115
Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

LEI Nº 13.097,
DE 19 DE JANEIRO DE 2015* 1118
Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto

de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

LEI Nº 13.105,
DE 16 DE MARÇO DE 2015 396
Código de Processo Civil.

LEI Nº 13.139,
DE 26 DE JUNHO DE 2015 1123
Altera os Decretos-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e o Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981; dispõe sobre o parcelamento e a remissão de dívidas patrimoniais com a União; e dá outras providências.

LEI Nº 13.140,
DE 26 DE JUNHO DE 2015 471
Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

LEI Nº 13.146,
DE 6 DE JULHO DE 2015 516
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

LEI Nº 13.178,
DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 1125
Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

LEI Nº 13.240,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 1126
Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

LEI Nº 13.257,
DE 8 DE MARÇO DE 2016* 791
Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

LEI Nº 13.259,
DE 16 DE MARÇO DE 2016 1130
Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre

a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamentação o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

LEI Nº 13.267,
DE 6 DE ABRIL DE 2016 944
Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

LEI Nº 13.286,
DE 10 DE MAIO DE 2016 475
Dispõe sobre a responsabilidade civil de notários e registradores, alterando o art. 22 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994

LEI Nº 13.347,
DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 1131
Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

LEI Nº 13.444,
DE 11 DE MAIO DE 2017 794
Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

LEI Nº 13.445,
DE 24 DE MAIO DE 2017 800
Institui a Lei de Migração

LEI Nº 13.460,
DE 26 DE JUNHO DE 2017 1497
Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

LEI Nº 13.465,
DE 11 DE JULHO DE 2017 1132
Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.

LEI Nº 13.476,
DE 28 DE AGOSTO DE 2017 1143
Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

LEI Nº 13.709,
DE 14 DE AGOSTO DE 2018 475
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

LEI Nº 13.726,
DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 1494
Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

LEI Nº 13.775,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 1611
Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.

LEI Nº 13.810,
DE 8 DE MARÇO DE 2019 1144
Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

LEI Nº 13.874,
DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 529
Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

LEI Nº 13.986,
DE 7 DE ABRIL DE 2020 1696
Institui o Fundo Garantidor Solidário (FGS); dispõe sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas; altera as Leis nºs 8.427, de 27 de maio de 1992, 8.929, de 22 de agosto de 1994, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 5.709, de 7 de outubro de 1971, 6.634, de 2 de maio de 1979, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.169, de 29 de dezembro de 2000, 11.116, de 18 de maio de 2005, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967; revoga dispositivos das Leis nºs 4.728, de 14 de julho de 1965, e 13.476, de 28 de agosto de 2017, e dos Decretos-Leis nos 13, de 18 de julho de 1966; 14, de 29 de julho de 1966; e 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.

LEI Nº 14.011,
DE 10 DE JUNHO DE 2020 1147
Aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nºs 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

LEI Nº 14.030,
DE 28 DE JULHO DE 2020 945
Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nºs 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

LEI Nº 14.063,
DE 23 DE SETEMBRO DE 2020 485
Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

LEI Nº 14.118,
DE 12 DE JANEIRO DE 2021 1147
Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.

LEI Nº 14.119,
DE 13 DE JANEIRO DE 2021 1148
Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.

LEI Nº 14.133,
DE 1º DE ABRIL DE 2021* 1495
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

LEI Nº 14.195,
DE 26 DE AGOSTO DE 2021* 946
Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Leis nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Leis nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.

LEI Nº 14.206,
DE 27 DE SETEMBRO DE 2021* 1612
Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

LEI Nº 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021*	1613
<i>Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis nºs 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e revoga as Leis nºs 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis nºs 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis nºs 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.</i>	
LEI Nº 14.334, DE 10 DE MAIO DE 2022	1152
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.</i>	
LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022	487
<i>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</i>	
LEI Nº 14.398, DE 8 DE JULHO DE 2022	490
<i>Institui o documento de identidade de notários e registradores e de escreventes de serventias extrajudiciais.</i>	
LEI Nº 14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022	1152
<i>Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.</i>	
LEI Nº 14.534, DE 11 DE JANEIRO DE 2023	490
<i>Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar</i>	

número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.

LEI Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023	1157
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Lei da Desapropriação), a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (Lei do FGTS), a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, a Lei nº 12.462, de 23 de agosto de 2011, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, e a Lei nº 14.382, de 27 de junho de 2022, e revoga dispositivos da Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021.</i>	
LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023	491
<i>Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966.</i>	
LEI Nº 14.756, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023	493
<i>Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.937, DE 26 DE JULHO DE 2024*	1701
<i>Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs 13.483, de 21 de setembro de 2017, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.366, de 8 de junho de 2022, e 14.440, de 2 de setembro de 2022.</i>	
LEI Nº 15.040, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024	494
<i>Dispõe sobre normas de seguro privado; e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.</i>	
LEI Nº 15.042, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024*	1164
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE); e altera as Leis nºs 12.187, de 29 de dezembro de 2009, 12.651,</i>	

de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	1310
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	1311
<i>Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.003, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938	1314
<i>Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939	965
<i>Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940*	1616
<i>Código Penal</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941	1314
<i>Dispõe sobre a organização e proteção da família.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941	1317
<i>Sujeita a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1317
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	535
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.</i>	
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943*	1616
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.</i>	
DECRETO-LEI Nº 5.782, DE 30 DE AGOSTO DE 1943	796
<i>Regula a situação do servidor do Estado desaparecido em naufrágio, acidente, ou em qualquer ato de guerra ou de agressão à soberania nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 6.239, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1944	796
<i>Regula a situação referente aos militares da Aeronáutica que se invalidarem para o serviço militar em consequência de atos de agressão do inimigo e a dos desaparecidos em aeronaves durante o voo.</i>	
DECRETO-LEI Nº 6.777, DE 8 DE AGOSTO DE 1944	1321
<i>Dispõe sobre a sub-rogação de imóveis gravados ou inalienáveis.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.085, DE 25 DE MARÇO DE 1946	967
<i>Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946	1321
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 57, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1334
<i>Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências.</i>	

DECRETO-LEI Nº 70,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 1714
Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 167,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967 1716
Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 271,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 1334
Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 413,
DE 9 DE JANEIRO DE 1969 1721
Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 745,
DE 7 DE AGOSTO DE 1969 1335
Dispõe sobre os contratos a que se refere o art. 22 do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 911,
DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 965
Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.075,
DE 22 DE JANEIRO DE 1970 1335
Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.

DECRETO-LEI Nº 1.381,
DE 23 DE DEZEMBRO DE 1974 1336
Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à empresa individual nas atividades imobiliárias, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.510,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 537
Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.537,
DE 13 DE ABRIL DE 1977 538
Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.

DECRETO-LEI Nº 1.865,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1981 1338
Dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares.

DECRETO-LEI Nº 1.876,
DE 15 DE JULHO DE 1981 1339
Dispensa do pagamento de foros e laudêmos os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.958,
DE 9 DE SETEMBRO DE 1982 1339
Extingue o Certificado de Regularidade de Situação – CRS e o Certificado de Quitação – CQ, reduz os casos de exigência, de prova de quitação para com a Previdência Social e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 1.976,
DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982 1340
Dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.375,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987 1340
Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 2.398,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987 1341
Dispõe sobre foros, laudêmos e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.

DECRETOS FEDERAIS

DECRETO Nº 1.102,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1903 1617
Institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais, determinando os direitos e obrigações dessas empresas.

DECRETO Nº 2.044,
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908 1621
Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.

DECRETO Nº 5.372-B,
DE 10 DE DEZEMBRO DE 1927 1660
Cria os ofícios privativos de notas e registro de contratos marítimos e dá outras providências

DECRETO Nº 24.643,
DE 10 DE JULHO DE 1934 1344
Decreta o Código de Águas.

DECRETO Nº 24.778,
DE 14 DE JULHO DE 1934 968
Reconhece ser objeto de penhor os créditos garantidos por hipoteca ou penhor, os quais, para esse efeito, considerar-se-ão coisa móvel.

DECRETO Nº 3.079,
DE 15 DE SETEMBRO DE 1938 1354
Regulamenta o Decreto-Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.

DECRETO Nº 57.663,
DE 24 DE JANEIRO DE 1966 1625
Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.

DECRETO Nº 58.380,
DE 10 DE MAIO DE 1966 1705
Aprova o Regulamento da Lei que Institucionaliza o Crédito Rural.

DECRETO Nº 59.428,
DE 27 DE OUTUBRO DE 1966 1184
Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.

DECRETO Nº 59.566,
DE 14 DE NOVEMBRO DE 1966 1195
Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.

DECRETO Nº 61.078,
DE 26 DE JULHO DE 1967 539
Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

DECRETO Nº 62.504,
DE 8 DE ABRIL DE 1968 1357
Regulamenta o artigo 65 da Lei número 4.504, de 30 de novembro de 1964, o artigo 11 e parágrafos do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.

DECRETO Nº 70.951,
DE 9 DE AGOSTO DE 1972* 1208
Regulamenta a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, que dispõe sobre a distribuição gratuita de

prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, a título de propaganda, e estabelece normas de proteção à poupança popular.

DECRETO Nº 72.106,
DE 18 DE ABRIL DE 1973 1212
Regulamenta a Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, que institui o Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

DECRETO Nº 74.965,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974 1202
Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

DECRETO Nº 85.064,
DE 26 DE AGOSTO DE 1980 1217
Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

DECRETO Nº 93.240,
DE 9 DE SETEMBRO DE 1986 1496
Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”.

DECRETO Nº 95.760,
DE 1º DE MARÇO DE 1988 1358
Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

DECRETO Nº 95.956,
DE 22 DE ABRIL DE 1988 1359
Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.

DECRETO Nº 96.084,
DE 23 DE MAIO DE 1988 1359
Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira.

DECRETO Nº 99.672,
DE 6 DE NOVEMBRO DE 1990 1360
Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.

DECRETO Nº 166,
DE 3 DE JULHO DE 1991* 547
Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.

DECRETO Nº 433,
DE 24 DE JANEIRO DE 1992 1360
Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

DECRETO Nº 578,
DE 24 DE JUNHO DE 1992 1361
Dá nova regulamentação ao lançamento dos Títulos da Dívida Agrária.

DECRETO Nº 678,
DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992* 813
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

DECRETO Nº 862,
DE 9 DE JULHO DE 1993* 547
Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.

DECRETO Nº 1.240,
DE 15 DE SETEMBRO DE 1994 1634
Promulga a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Cheques, adotada em Montevideo, em 8 de maio de 1979.

DECRETO Nº 1.775,
DE 8 DE JANEIRO DE 19961362
Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.799,
DE 30 DE JANEIRO DE 1996503
Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.800,
DE 30 DE JANEIRO DE 1996955
Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.922,
DE 5 DE JUNHO DE 19961363
Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.048,
DE 6 DE MAIO DE 1999*507
Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.598,
DE 12 DE SETEMBRO DE 2000*547
Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.

DECRETO Nº 3.725,
DE 10 DE JANEIRO DE 20011244
Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.382,
DE 19 DE SETEMBRO DE 2002 1364
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade de Territorial Rural – ITR.

DECRETO Nº 4.449,
DE 30 DE OUTUBRO DE 20021372
Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.523,
DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 1374
Regulamenta o arrolamento de bens para interposição de recurso voluntário no processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários da União.

DECRETO Nº 4.887,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 1374
Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETO Nº 5.746,
DE 5 DE ABRIL DE 20061253
Regulamenta o art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

DECRETO Nº 6.660,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 20081259
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

DECRETO Nº 6.891,
DE 2 DE JULHO DE 2009* 548
Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

DECRETO Nº 7.037,
DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009*813
Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.107,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010 548
Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

DECRETO Nº 7.231,
DE 14 DE JULHO DE 2010814
Regulamenta o art. 29, incisos I, II e III, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.341,
DE 22 DE OUTUBRO DE 20101270
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.499,
DE 16 DE JUNHO DE 2011*1289
Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências.

DECRETO Nº 7.574,
DE 29 DE SETEMBRO DE 2011*550
Regulamenta o processo de determinação e de exigência de créditos tributários da União, o processo de consulta relativo à interpretação da legislação tributária e aduaneira, à classificação fiscal de mercadorias, à classificação de serviços, intangíveis e de outras operações que produzam variações no patrimônio e de outros processos que especifica, sobre matérias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

DECRETO Nº 7.830,
DE 17 DE OUTUBRO DE 20121376
Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

DECRETO Nº 8.058,
DE 26 DE JULHO DE 2013* 1503
Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 148,
DE 6 DE JULHO DE 2015551
Aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.

DECRETO Nº 8.660,
DE 29 DE JANEIRO DE 2016552
Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.

DECRETO Nº 8.727,
DE 28 DE ABRIL DE 2016814
Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis

e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 8.742,
DE 4 DE MAIO DE 2016554
Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 8.936,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016554
Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 9.094,
DE 17 DE JULHO DE 20171499
Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)

DECRETO Nº 9.199,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017*809
Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.

DECRETO Nº 9.310,
DE 15 DE MARÇO DE 20181378
Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.

DECRETO Nº 9.311,
DE 15 DE MARÇO DE 2018 1309
Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

DECRETO Nº 9.354,
DE 25 DE ABRIL DE 20181393
Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.

DECRETO Nº 9.451,
DE 26 DE JULHO DE 2018528
Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

DECRETO Nº 9.580,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018*555
Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

DECRETO Nº 9.640,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 1303
Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

DECRETO Nº 9.830,
DE 10 DE JUNHO DE 2019556
Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

DECRETO Nº 9.929,
DE 22 DE JULHO DE 2019 815
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor.

DECRETO Nº 10.063,
DE 14 DE OUTUBRO DE 2019 816
Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.

DECRETO Nº 10.278,
DE 18 DE MARÇO DE 2020 534
Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

DECRETO Nº 10.592,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020 1272
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União, no âmbito da Amazônia Legal, e em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.

DECRETO Nº 10.828,
DE 1º DE OUTUBRO DE 2021 1713
Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

DECRETO Nº 10.977,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 798
Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

DECRETO Nº 11.208,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2022 1394
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.

DECRETO Nº 11.995,
DE 15 DE ABRIL DE 2024 1395
Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária.

DECRETO Nº 12.046,
DE 5 DE JUNHO DE 2024 1397
Regulamenta, em âmbito federal, a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

RESOLUÇÃO Nº 314,
DE 26 DE ABRIL DE 2023 1648
Dispõe sobre a execução dos serviços de compensação de cheques apresentados à Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe) e sobre questões operacionais relacionadas ao cheque.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

RESOLUÇÃO Nº 20,
DE 29 DE AGOSTO DE 2006, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 559
Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro.

RESOLUÇÃO Nº 35,
DE 24 DE ABRIL DE 2007, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 1504
Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

RESOLUÇÃO Nº 67,
DE 3 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 559
Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 80,
DE 9 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 574
Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público.

RESOLUÇÃO Nº 81,
DE 9 DE JUNHO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 576
Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital.

RESOLUÇÃO Nº 125,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 583
Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 131,
DE 26 DE MAIO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 1507
Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.

RESOLUÇÃO Nº 155,
DE 16 DE JULHO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 820
Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior

RESOLUÇÃO Nº 175,
DE 14 DE MAIO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 822
Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.

RESOLUÇÃO Nº 228,
DE 22 DE JUNHO DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 586
Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).

RESOLUÇÃO Nº 270,
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018,

DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 822
Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.

RESOLUÇÃO Nº 295,
DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 1508
Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.

RESOLUÇÃO Nº 401,
DE 16 DE JUNHO DE 2021, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 588
Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.

RESOLUÇÃO Nº 402,
DE 28 DE JUNHO DE 2021, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 823
Dispõe sobre ações de caráter informativo, no âmbito do Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, para melhor preparação para o casamento civil, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 469,
DE 31 DE AGOSTO DE 2022, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 592
Estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário.

RESOLUÇÃO Nº 541,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 596
Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.

RESOLUÇÃO Nº 547,
DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 1636
Institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF.

RESOLUÇÃO Nº 558,
DE 6 DE MAIO DE 2024 1636
Estabelece diretrizes para a gestão e destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 601,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2024, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ 824
Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.

RESOLUÇÃO Nº 609,
DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 598
Determina aos Tribunais de Justiça o envio ao CNJ dos anteprojatos de lei relativos aos serviços notariais e de registro sob sua fiscalização, para elaboração de parecer de mérito antes do encaminhamento ao Poder Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº 629,
DE 30 DE JUNHO DE 2025, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 598
Assegura às pessoas com deficiência que se candidatem aos concursos públicos e processos seletivos promovidos pelo Poder Judiciário o direito a

condições adaptadas de realização das respectivas provas, notadamente as orais, com plena acessibilidade, adaptações razoáveis e tecnologias assistivas.

RESOLUÇÃO Nº 634,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2025,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ825
Institui diretrizes e procedimentos para atenção e apoio aos familiares de pessoas desaparecidas, no âmbito das ações judiciais de declaração de ausência, morte presumida e demais procedimentos relacionados ao desaparecimento de pessoas, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 644,
DE 22 DE SETEMBRO DE 2025,
DO CONSELHO NACIONAL
DE JUSTIÇA – CNJ827
Dispõe sobre a lavratura e retificação dos assentos de óbito das vítimas da Chacina de Acari, em cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP

RESOLUÇÃO Nº 301,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024,
DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO1513
Disciplina a atuação do Ministério Público em procedimentos oriundos de serventias extrajudiciais prestadoras de serviços notariais ou de registros públicos.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

RESOLUÇÃO Nº 1.995,
DE 9 DE AGOSTO DE 2012,
DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
(CFM)1514
Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes.

RESOLUÇÃO Nº 2.232,
DE 17 DE JULHO DE 2019,
DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
(CFM)1514
Estabelece normas éticas para a recusa terapêutica por pacientes e objeção de consciência na relação médico-paciente.

RESOLUÇÃO Nº 2.320,
DE 1º DE SETEMBRO DE 2022, DO CONSELHO
FEDERAL DE MEDICINA (CFM)831
Adota normas éticas para a utilização de técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.294, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2021, Seção I, p. 60.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 03,
DE 19 DE ABRIL DE 2012,
DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(CNJ) E DO CONSELHO NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)819
Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 2,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015*1646
Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN

RESOLUÇÃO Nº 498,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 20151647
Aprova a possibilidade de realização de protesto de certidões de dívida ativas, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA – COFECON

RESOLUÇÃO Nº 1.924,
DE 30 DE JANEIRO DE 20151645
Inclui dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecon, aprovado pela Resolução nº 1.853/2011, para contemplar a possibilidade de protesto das Certidões de Dívida Ativa – CDA's nos termos da Lei nº 9.492, de 10/09/1997.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 809,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 20201516
Dispõe sobre os requisitos para emissão do Certificado de Registro de Veículo (CRV), do Certificado de Licenciamento Anual (CLA) e do comprovante de transferência de propriedade em meio digital.

RESOLUÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE REGISTRO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 1,
DE 9 DE JULHO DE 2015828
Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc.

RESOLUÇÃO Nº 4,
DE 28 DE MAIO DE 2019829
Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc.

RESOLUÇÃO Nº 8,
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021831
Regulamenta o § 6º do artigo 7º do Decreto nº 9.929 de 22 de julho de 2019.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS – COAF

RESOLUÇÃO Nº 31,
DE 7 DE JUNHO DE 2019600
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas e jurídicas reguladas pelo Coaf, na forma do §1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para cumprimento de sanções impostas nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019; e para as comunicações de que trata o art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relacionadas a terrorismo e seu financiamento.

RESOLUÇÃO COAF Nº 40,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021600
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados, em relação a pessoas expostas politicamente, por aqueles que se sujeitam à supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf na forma do § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

RESOLUÇÃO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE

RESOLUÇÃO Nº 23.670,
DE 14 DE DEZEMBRO DE 20211006
Dispõe sobre as federações de partidos políticos.

PROVIMENTOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

PROVIMENTO Nº 12,
DE 6 DE AGOSTO DE 2010834
Determinar que seja remetido, em forma que preserve o sigilo, para cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, o CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar.

PROVIMENTO Nº 13,
DE 3 DE SETEMBRO DE 2010**835
Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.

PROVIMENTO Nº 14,
DE 29 DE ABRIL DE 2011835
Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.

PROVIMENTO Nº 15,
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011836
Dispõe sobre a emissão de certidões pelos Offícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil e o início de sua utilização obrigatória.

PROVIMENTO Nº 16,
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012836
Dispõe sobre a recepção, pelos Officiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores.

PROVIMENTO Nº 18,
DE 28 DE AGOSTO DE 2012**1518
Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.

PROVIMENTO Nº 23,
DE 24 DE OUTUBRO DE 2012**602
Dispõe sobre a restauração de livros extrajudiciais ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro.

PROVIMENTO Nº 24,
DE 23 DE OUTUBRO DE 2012602
Dispõe sobre a alimentação dos dados no sistema “Justiça Aberta”.

PROVIMENTO Nº 25,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012602
Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro.

PROVIMENTO Nº 26,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012840
Dispõe sobre o “Projeto Pai Presente – 2012”

PROVIMENTO Nº 27,
DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012969
Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

PROVIMENTO Nº 28,
DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013**841
Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina.

PROVIMENTO Nº 30, DE 19 DE ABRIL DE 2013**	1641
<i>Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.</i>	
PROVIMENTO Nº 33, DE 3 DE JULHO DE 2013**	1403
<i>Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal.</i>	
PROVIMENTO Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014**	841
<i>Dispõe sobre o registro de união estável no Livro "E" do registro civil das pessoas naturais, sobre o termo declaratório de reconhecimento e dissolução de união estável lavrado perante o registro civil das pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial do regime de bens na união estável e sobre a conversão da união estável em casamento. (Redação dada pelo Provimento n. 141, de 16.3.2023)</i>	
PROVIMENTO Nº 41, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014	603
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação dos atos normativos expedidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.</i>	
PROVIMENTO Nº 43, DE 17 DE ABRIL DE 2015**	1403
<i>Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que residam ou tenham sede no exterior e possuam a maioria do capital social.</i>	
PROVIMENTO Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015	1403
<i>Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.</i>	
PROVIMENTO Nº 45, DE 13 DE MAIO DE 2015	605
<i>Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correções e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 46, DE 16 DE JUNHO DE 2015**	841
<i>Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC.</i>	
PROVIMENTO Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015**	841
<i>Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.</i>	
PROVIMENTO Nº 50, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015	606
<i>Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais.</i>	
PROVIMENTO Nº 48, DE 16 DE MARÇO DE 2016**	969
<i>Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas.</i>	
PROVIMENTO Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016**	842
<i>Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial.</i>	
PROVIMENTO Nº 56, DE 14 DE JULHO DE 2016	1518

<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais.</i>	
PROVIMENTO Nº 60, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**	613
<i>Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica.</i>	
PROVIMENTO Nº 61, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017	613
<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional.</i>	
PROVIMENTO Nº 62, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017	614
<i>Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila).</i>	
PROVIMENTO Nº 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017	842
<i>Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.</i>	
PROVIMENTO Nº 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017**	1406
<i>Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.</i>	
PROVIMENTO Nº 67, DE 26 DE MARÇO DE 2018**	615
<i>Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil.</i>	
PROVIMENTO Nº 69, DE 12 DE JUNHO DE 2018**	615
<i>Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil.</i>	
PROVIMENTO Nº 70, DE 12 DE JUNHO DE 2018**	1407
<i>Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.</i>	
PROVIMENTO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018	843
<i>Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).</i>	
PROVIMENTO Nº 74, DE 31 DE JULHO DE 2018	615
<i>Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 77, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018	616
<i>Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente.</i>	
PROVIMENTO Nº 78, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018**	617

<i>Dispõe sobre a incompatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 79, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018	617
<i>Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 81, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018	847
<i>Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais.</i>	
PROVIMENTO Nº 82, DE 3 DE JULHO DE 2019	847
<i>Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 85, DE 19 DE AGOSTO DE 2019	617
<i>Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial.</i>	
PROVIMENTO Nº 86, DE 29 DE AGOSTO DE 2019**	1641
<i>Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019**	1641
<i>Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 89, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019	1407
<i>Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.</i>	
PROVIMENTO Nº 94, DE 28 DE MARÇO DE 2020**	1410
<i>Dispõe sobre o funcionamento das unidades de registro de imóveis nas localidades onde foram decretados regime de quarentena pelo sistema de plantão presencial e à distância e regula procedimentos especiais.</i>	
PROVIMENTO Nº 97, DE 27 DE ABRIL DE 2020**	1642
<i>Regula os procedimentos de intimação nos tabeliões de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.</i>	
PROVIMENTO Nº 100, DE 26 DE MAIO DE 2020**	1518
<i>Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 103, DE 4 DE JUNHO DE 2020	1519
<i>Dispõe sobre a Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais e dá outras providências.</i>	
PROVIMENTO Nº 104, DE 9 DE JUNHO DE 2020**	848

Dispõe sobre o envio de dados registrares, das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, pelo Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, diretamente ou por intermédio da Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais-CRC, aos Institutos de Identificação dos Estados e do Distrito Federal, para fins exclusivos de emissão de registro geral de identidade.

PROVIMENTO Nº 107,
DE 24 DE JUNHO DE 2020 618
Dispõe sobre a proibição de cobrança de quaisquer valores dos consumidores finais dos serviços prestados pelas centrais cartorárias em todo o território nacional, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 108,
DE 3 DE JULHO DE 2020 619
Dispõe sobre o envio de dados estatísticos pelas Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativos à fiscalização das obrigações impostas a notários e registradores de todo o Brasil, no cumprimento dos termos do Provimento n. 88/2019 da Corregedoria Nacional de Justiça e de correlatas sanções que tenham sido aplicadas, na forma do art. 12 da Lei n. 9.613/98 e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 115,
DE 24 DE MARÇO DE 2021 1411
Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 122,
DE 13 DE AGOSTO DE 2021 848
Dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascimento Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido "ignorado".

PROVIMENTO Nº 124,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021 1412
Estabelece prazo para a universalização do acesso por todas as unidades do serviço de registro de imóveis do Brasil, ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI), operado pelo Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis – ONR, sob regulação da Corregedoria Nacional de Justiça.

PROVIMENTO Nº 127,
DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022 620
Disciplina a Plataforma do Sistema Integrado de Pagamentos Eletrônicos – SIPE para os serviços notariais e de registro, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 130,
DE 24 DE JUNHO DE 2022 621
Dispõe sobre diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias (PJeCor).

PROVIMENTO Nº 133,
DE 15 DE AGOSTO DE 2022 622
Disciplina a alimentação do Painel Nacional dos Concursos Públicos de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Serviços de Notas e de Registro, gerido pela Corregedoria Nacional de Justiça.

PROVIMENTO Nº 134,
DE 24 DE AGOSTO DE 2022 622
Estabelece medidas a serem adotadas pelas serventias extrajudiciais em âmbito nacional para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PROVIMENTO Nº 137,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022** 853
Estabelece regras para o envio, ao Tribunal Superior Eleitoral, da comunicação de alteração de prenome prevista no art. 56, § 3º, da Lei n. 6.015/1973, com a redação dada pela Lei n. 14.382/2022.

PROVIMENTO Nº 139,
DE 1º DE FEVEREIRO DE 2023** 622

Regulamenta o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o Operador Nacional do Sistema de Registros Públicos (ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (FIC-ONSERP), o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil de Pessoas Naturais (FIC-RCNP) e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (FIC-RTDPJ), institui o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCNP) e o Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ), e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 143,
DE 25 DE ABRIL DE 2023 1413
Regulamenta a estrutura, a geração e a validação do Código Nacional de Matrícula – CNM, dispõe sobre a escrituração da matrícula no registro de imóveis, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 144,
DE 25 DE ABRIL DE 2023 1414
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, institui a Semana Nacional de Regularização Fundiária, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 145,
DE 23 DE JUNHO DE 2023 1416
Institui o Prêmio "Solo Seguro", com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.

PROVIMENTO Nº 147,
DE 4 DE JULHO DE 2023 623
Dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça; adota protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores; cria canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 149,
DE 30 DE AGOSTO DE 2023 624
Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.

PROVIMENTO Nº 150,
DE 11 DE SETEMBRO DE 2023 1416
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras para o processo de adjudicação compulsória pela via extrajudicial, nos termos do art. 216-B da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 151,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2023 853
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro do natimorto e para estabelecer o procedimento de promoção do registro de nascimento de criança ou adolescente no caso de omissão.

PROVIMENTO Nº 152,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2023 854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para aprimorar as regras de averbação de alteração de nome, de gênero ou de ambos de pessoas transgênero.

PROVIMENTO Nº 153,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2023 854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o procedimento de alteração extrajudicial do nome perante o Registro Civil das Pessoas Naturais.

PROVIMENTO Nº 156,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2023 716
Dispõe sobre as normas a serem observadas nas inspeções e correções de competência da Corregedoria Nacional de Justiça, nas unidades judiciais e administrativas dos tribunais e nos serviços notariais e de registro.

PROVIMENTO Nº 157,
DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023 854
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a autenticação de usuários, assinatura eletrônica e lista de serviços eletrônicos confiáveis do Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais – ON-RCNP.

PROVIMENTO Nº 158,
DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023 1417
Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa Permanente de Regularização Fundiária Plena de Núcleos Urbanos Informais e Favelas - "Solo Seguro - Favela" - e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 159,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023 721
Institui o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – FIC-ONSERP, o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro Civil das Pessoas Naturais – FIC-RCNP, e o Fundo para a Implementação e Custeio do Sistema Eletrônico do Registro de Títulos e Documentos e Cíveis das Pessoas Jurídicas – FIC-RTDPJ; dispõe sobre suas receitas; e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 162,
DE 11 DE MARÇO DE 2024 723
Regulamenta o art. 47-A do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (RICNJ), acerca da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e magistrados, servidores e serventuários do Poder Judiciário ou delegatários de serventias extrajudiciais, e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 164,
DE 27 DE MARÇO DE 2024 1520
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano - AEDO.

PROVIMENTO Nº 167,
DE 21 DE MAIO DE 2024 1642
Altera o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial, para fins de atualização e uniformização nacional acerca das regras e procedimentos do protesto comum, falimentar e de sentença condenatória.

PROVIMENTO Nº 168,
DE 27 DE MAIO DE 2024 1642
Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a proposta de solução negociada prévia ao protesto, sobre a proposta de renegociação de dívida já protestada e para dar outras providências.

**PROVIMENTO Nº 169,
DE 27 DE MAIO DE 2024**..... 1419

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o registro único da incorporação e da instituição do condomínio especial sobre frações ideais.

**PROVIMENTO Nº 172,
DE 5 DE JUNHO DE 2024**..... 1524

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a forma para contratação da garantia de alienação fiduciária de bens imóveis.

**PROVIMENTO Nº 174,
DE 2 DE JULHO DE 2024**..... 1419

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o dever dos notários e registradores em comunicar as mudanças de titularidades de imóveis aos municípios.

**PROVIMENTO Nº 175,
DE 15 DE JULHO DE 2024**..... 1524

Altera o art. 440-AO do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer o alcance dos sujeitos envolvidos em operações de securitização de recebíveis imobiliários na permissão de lavratura de instrumento particular na formalização dos negócios translativos de créditos reais, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 176,
DE 23 DE JULHO DE 2024**..... 725

Altera as regras do exercício da interinidade de serventias extrajudiciais vagas de acordo com o julgamento da ADI n. 1.183/DF pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 177,
DE 15 DE AGOSTO DE 2024**..... 855

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o procedimento para restauração e suprimento de registro civil diretamente nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais.

**PROVIMENTO Nº 180,
DE 16 DE AGOSTO DE 2024**..... 726

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – Serp; e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 182,
DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**..... 855

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais.

**PROVIMENTO Nº 183,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024**..... 1419

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto

de 2023, para dispor sobre o reconhecimento de firma de títulos procedentes de entes coletivos.

**PROVIMENTO Nº 184,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024**..... 726

Estabelece normas gerais para a realização do Exame Nacional de Cartórios – ENAC pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 186,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024**..... 1643

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para adequar a redação do § 5º do seu art. 356 ao teor do § 3º do art. 14 da Lei n. 9.492/1997, incluído pela Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal de Garantias).

**PROVIMENTO Nº 187,
DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024**..... 1420

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para esclarecer a dispensa de escritura pública nos contratos ou termos administrativos de desapropriação extrajudicial.

**PROVIMENTO Nº 188,
DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024**..... 1420

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para revogar o Provimento n. 39/2014 e dispor sobre o funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) 2.0, destinada ao cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens específicos ou do patrimônio indistinto, bem como das ordens para cancelamento de indisponibilidade.

**PROVIMENTO Nº 191,
DE 25 DE ABRIL DE 2025**..... 864

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar os procedimentos relativos aos assentos de nascimentos decorrentes de adoção unilateral.

**PROVIMENTO Nº 194,
DE 26 DE MAIO DE 2025**..... 1524

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dar nova redação ao art. 273 a fim de permitir o acesso às informações constantes na Central de Escrituras e Procurações (CEP) por qualquer interessado, nos termos em que especifica.

**PROVIMENTO Nº 195,
DE 3 DE JUNHO DE 2025**..... 1420

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para criar o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI); para disciplinar procedimentos de saneamento e de retificação no Registro de Imóveis e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 196,
DE 4 DE JUNHO DE 2025**..... 969

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para estabelecer regras sobre o processo de busca e apreensão e consolidação de propriedade

fiduciária extrajudiciais de bem móvel perante o Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

**PROVIMENTO Nº 197,
DE 13 DE JUNHO DE 2025**..... 1525

Regulamenta o § 1º do art. 7º-A da Lei n. 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o serviço de conta notarial vinculada, estabelece procedimentos para o depósito, administração e movimentação condicionada de valores por tabeliães de notas, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 199,
DE 25 DE JUNHO DE 2025**..... 864

Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, o Programa de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e de Promoção do Acesso à Documentação Civil Básica por Pessoas e Populações em Vulnerabilidade e instituir a Semana Nacional do Registro Civil; revoga o Provimento nº 140, de 22 de fevereiro de 2023, e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 200,
DE 25 DE JUNHO DE 2025**..... 1526

Acrescenta o § 6º ao art. 292 do Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para assegurar a liberdade de escolha do tabelião de notas na emissão de certificado digital notariado, nos termos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

**PROVIMENTO Nº 201,
DE 28 DE JULHO DE 2025**..... 729

Dispõe sobre os procedimentos referentes à política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça criada pelo Provimento CN 147/2023; regulamenta o protocolo específico para o atendimento a vítimas e recebimento de denúncias de violência contra a mulher envolvendo magistrados, servidores do Poder Judiciário, notários e registradores, em fluxo integrado com a Ouvidoria Nacional da Mulher; reestrutura o canal simplificado de acesso a vítimas de violência contra a mulher na Corregedoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

**PROVIMENTO Nº 204,
DE 26 DE AGOSTO DE 2025**..... 1422

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento nº 149, de 30 de agosto de 2023, para regulamentar o módulo destinado ao envio de solicitações de averbações de Certidões de Dívida Ativa (MCDA), disponível no Sistema Eletrônico de Registros Públicos (SERP).

**PROVIMENTO Nº 205,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2025**..... 731

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais para as serventias extrajudiciais classificadas como agentes de tratamento de pequeno porte, nos termos da Resolução CD/ANPD n. 2, de 27 de janeiro de 2022.

**PROVIMENTO Nº 206,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2025**..... 1527

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a consulta à Central Eletrônica Notarial de Serviços Compartilhados (Censec) pelos juizes em processos de interdição acerca da existência de eventual escritura de autocratela.

**RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA
NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ****RECOMENDAÇÃO Nº 3,
DE 15 DE MARÇO DE 2012**..... 1528

Dispõe sobre certificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade

de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

RECOMENDAÇÃO Nº 6,
DE 2 DE JULHO DE 2012867
Dispõe sobre o uso de papel de segurança unificada para emissão de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais.

RECOMENDAÇÃO Nº 8,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2012867
Dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.

RECOMENDAÇÃO Nº 9,
DE 7 DE MARÇO DE 2013732
Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro.

RECOMENDAÇÃO Nº 18,
DE 2 DE MARÇO DE 2015867
Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento.

RECOMENDAÇÃO Nº 19,
DE 25 DE MARÇO DE 2015868
Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal.

RECOMENDAÇÃO Nº 22,
DE 6 DE JUNHO DE 20161528
Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.

RECOMENDAÇÃO Nº 23,
DE 28 DE JUNHO DE 2016868
Recomenda aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil.

RECOMENDAÇÃO Nº 28,
DE 17 DE AGOSTO DE 2018732
Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs).

RECOMENDAÇÃO Nº 39,
DE 19 DE JUNHO DE 2019733
Dispõe sobre a necessidade de observância das decisões da Corregedoria Nacional de Justiça relacionadas à vedação de designação de interinos parentes de antigos delegatários titulares das serventias vagas.

RECOMENDAÇÃO Nº 40,
DE 2 DE JULHO DE 2019868
Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais.

RECOMENDAÇÃO Nº 41,
DE 2 DE JULHO DE 20191424
Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.

RECOMENDAÇÃO Nº 43,
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019869
Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 46,
DE 22 DE JUNHO DE 2020734
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira

contra pessoa idosa, especialmente vulnerável no período de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 47,
DE 12 DE MARÇO DE 2021734
Dispõe sobre medidas preventivas para que se evitem atos de violência patrimonial ou financeira contra pessoa idosa, especialmente vulnerável, no âmbito das serventias extrajudiciais e da execução dos serviços notariais.

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 49,
DE 3 DE MARÇO DE 2022735
Dispõe sobre a adesão dos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

RECOMENDAÇÃO Nº 50,
DE 18 DE JULHO DE 2022869
Dispõe sobre a prevalência do direito fundamental ao nome sobre exigências não estabelecidas na Lei de Registros Públicos, para fins de registro de nascimento ou de óbito de crianças.

ORIENTAÇÕES DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ

ORIENTAÇÃO Nº 4,
DE 25 DE JUNHO DE 2013870
Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna "CID" do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.

ORIENTAÇÃO Nº 5,
DE 4 DE NOVEMBRO DE 20131423
Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.

ORIENTAÇÃO Nº 7,
DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018736
Dispõe sobre a reestruturação periódica das serventias extrajudiciais vagas

ORIENTAÇÃO Nº 12,
DE 16 DE MAIO DE 20231423
Dispõe sobre a emissão da certidão de situação jurídica de imóvel.

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RECOMENDAÇÃO Nº 99,
DE 13 DE JUNHO DE 20231644
Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a cobrança da pena de multa prevista na alínea "c" do inciso XLVI do art. 5º da Constituição Federal e no art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

PORTARIAS

PORTARIA Nº 938,
DE 20 DE MAIO DE 2002
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE879

PORTARIA Nº 116,
DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009
DA SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE879
Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.

PORTARIA Nº 491,
DE 11 DE MARÇO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ1425
Institui o Fórum Nacional para monitoramento e resolução dos conflitos fundiários rurais e urbanos.

PORTARIA INTERMINISTERIAL
Nº 1, DE 23 DE AGOSTO DE 2013,
DA AGU/BACEN1654
Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Banco Central do Brasil.

PORTARIA Nº 429,
DE 4 DE JUNHO DE 2014,
DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN1654
Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de certidões de dívida ativa da União ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS de responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

PORTARIA CONJUNTA DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN E RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB – PORTARIA Nº 1.751,
DE 2 DE OUTUBRO DE 2014738
Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.

PORTARIA Nº 327,
DE 11 DE SETEMBRO DE 2015,
DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA1425
Dispõe sobre o procedimento de reversão de imóveis rurais na Amazônia Legal à União.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1,
DE 3 DE MAIO DE 2016,
DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA1426
Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

PORTARIA CONJUNTA Nº 1,
DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017,
DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU E DA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU1426
Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e pelas Superintendências do Patrimônio da União nos Estados e no Distrito Federal na representação da União relativamente à usucapião extrajudicial de bens imóveis, e dá outras providências.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8,
DE 8 DE OUTUBRO DE 2019 DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES884
Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.

PORTARIA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – SPUSEDM/ME – PORTARIA Nº 24.218,
DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020741
Estabelece as normas para envio da Declaração sobre Operações Imobiliárias em Terrenos da União (Doitu) pelos cartórios à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia.

PORTARIA Nº 72,
DE 19 DE JANEIRO DE 2021,
DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA1427
Autoriza ao SERPRO para fornecimento de serviços automatizados de consulta aos dados do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) por meio de serviço de API – Application Programming Interface.

PORTARIA Nº 901,
DE 20 DE MAIO DE 2021
DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO
SOCIAL - INSS 889
Dispõe sobre regras de condutas de acesso pelos Titulares e Substitutos de Cartórios de Registro Civil ao Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - SIRC.

PORTARIA Nº 131,
DE 14 DE OUTUBRO DE 2021, DO MINISTÉ-
RIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA –
MINFRA* 1428
Dispõe sobre os processos administrativos de requerimento para exploração de ferrovias ou pátios ferroviários mediante outorga por autorização, conforme a Medida Provisória nº 1.065, de 30 de agosto de 2021.

PORTARIA MDR Nº 3.242,
DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022 1429
Aprova as diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, nos municípios brasileiros.

PORTARIA INCRA Nº 2.502,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 1430
Aprova o Manual Técnico para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - MTGIR - 2ª Edição.

PORTARIA Nº 1.137,
DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023
DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 890
Credencia a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN Brasil) para prestar o serviço de disponibilização e assinatura da Autorização para Transferência de Propriedade do Veículo em meio digital (ATPV-e).

PORTARIA CONJUNTA Nº 2.948,
DE 2 DE MAIO DE 2024,
DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVA-
ÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS - MGI E DA
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
– SPU 1430
Institui o Módulo de Gestão de Atos e Contratos de Destinação de Imóveis.

PORTARIA Nº 548,
DE 30 DE JULHO DE 2024
DO MINISTÉRIO DE ESTADO DAS RELA-
ÇÕES EXTERIORES 890
Delega competência para praticar atos relativos à adesão do Ministério das Relações Exteriores às centrais de informação de registros civis públicos e de atos notariais no Brasil.

PORTARIA CONJUNTA Nº 1,
DE 3 DE JANEIRO DE 2025,
DO MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESEN-
VOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA
FAMILIAR - MDA E MINISTÉRIO DA FAZEN-
DA - MF 1431
Regulamenta o procedimento de compensação de obrigações de empresas estatais e sociedades de economia mista perante a União na aquisição de imóveis rurais, conforme o art. 33 do Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 105,
DE 9 DE JANEIRO DE 2025 737
Dispõe sobre a tramitação integrada de procedimentos entre a Ouvidoria Nacional da Mulher e a Corregedoria Nacional de Justiça para tratamento de representações administrativas e demandas relacionadas aos direitos das mulheres no âmbito do Poder Judiciário, na esfera de suas respectivas atribuições.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – RFB

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.030,
DE 24 DE JUNHO DE 2021 1457
Institui o Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB).

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110,
DE 17 DE OUTUBRO DE 2022* 743
Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.119,
DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 971
Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.172,
DE 9 DE JANEIRO DE 2024 871
Dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.186,
DE 12 DE ABRIL DE 2024 744
Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2.203,
DE 17 DE JULHO DE 2024,
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB 1474
Dispõe sobre o Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir.

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.275,
DE 15 DE AGOSTO DE 2025 1483
Dispõe sobre a adoção do Cadastro Imobiliário Brasileiro e o compartilhamento de informações por meio do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais pelos serviços notariais e de registro, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO INCRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77,
DE 23 DE AGOSTO DE 2013, DO INCRA 1433
Regulamenta o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 82,
DE 27 DE MARÇO DE 2015, DO INCRA 1434
Dispõe sobre os procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 83,
DE 30 DE JULHO DE 2015, DO INCRA 1436
Estabelece as diretrizes básicas para as ações de obtenção de imóveis rurais para fins de assentamento de trabalhadores rurais e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88,
DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017, DO INCRA 1441
Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no País, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada a estrangeira e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 91,
DE 3 DE OUTUBRO DE 2018, DO INCRA 1447
Dispõe sobre o procedimento para venda direta dos imóveis residenciais de propriedade do INCRA no âmbito da Amazônia Legal, nos termos do art. 38, da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 104,
DE 29 DE JANEIRO DE 2021, DO INCRA 1451

Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 107,
DE 18 OUTUBRO DE 2021, DO INCRA 1458
Define critérios e procedimentos administrativos para destinação de bens públicos imóveis, existentes em Projetos de Assentamento de reforma agrária, sob o domínio do Incra ou da União.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 112,
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021, DO INCRA 1460
Dispõe sobre procedimentos para anuência do uso de áreas em projetos de assentamento do Incra, por atividades ou empreendimentos minerários, de energia e de infraestrutura.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 124,
DE 26 DE JULHO DE 2022, DO INCRA 1463
Estabelece os procedimentos para análise do cumprimento e liberação das cláusulas e condições resolutive de instrumentos de titulação decorrentes de regularização fundiária, incidentes em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e da União sob gestão do Incra.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128,
DE 30 DE AGOSTO DE 2022, DO INCRA 1467
Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 142,
DE 28 DE MAIO DE 2024, DO INCRA 1471
Dispõe sobre os procedimentos necessários à regularização fundiária de áreas urbanas consolidadas, de expansão urbana e de urbanização específica, incidentes em terras públicas federais do Incra, qualquer que seja sua localização, e da União, administradas pelo Incra na Amazônia Legal previstas no art. 3º da Lei nº 11.952, de 2009, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 146,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA 1477
Estabelece procedimentos para instrução da fase administrativa da desapropriação por interesse social para promover a justa distribuição da terra, com fundamento no art. 5º, XXIV da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, e parâmetros para realização de acordo extrajudicial.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 147,
DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024, DO INCRA 1479
Estabelece procedimentos a serem adotados pelo INCRA para compra e venda de imóveis rurais, na forma do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, com alterações promovidas pelos Decretos nº 2.614 de 1998 e 2.680 de 1998, e Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024 e define as alçadas de decisão e outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 116,
DE 5 MAIO DE 2021 876
Disciplina o procedimento relativo à apuração de descumprimento de qualquer obrigação imposta pelo art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, assim como o fornecimento de informação inexata

pelos Titulares de Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de aplicação de multa e propositura de ação regressiva.

INSTRUÇÕES CONJUNTAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 208,
DE 29 DE OUTUBRO DE 2019,
CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO 1449
Disciplina a atividade de Demolição de imóveis da União.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.968,
DE 22 DE JULHO DE 2020, CONJUNTA DA RFB E INCRA 1450
Estabelece prazos e procedimentos para atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir) que visa propiciar a integração entre esses sistemas cadastrais com a finalidade de estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 81,
DE 10 DE JUNHO DE 2020 981
Dispõe sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/MEMP Nº 1,
DE 5 DE JANEIRO DE 2025 1000
Dispõe sobre os critérios de análise para verificação de identidade e semelhança de nomes empresariais e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS – FUNAI

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30,
DE 9 DE AGOSTO DE 2023,
DA FUNAI 1469
Estabelece as regras para emissão de Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a terras indígenas e imóveis confrontantes e declara a nulidade da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34,
DE 30 DE ABRIL DE 2025,
DA FUNAI 1482
Estabelece os procedimentos para a constituição de Reserva Indígena por meio da destinação de Terras Públicas e áreas desafetadas, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO

INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 24,
DE 12 DE AGOSTO DE 2025 1529
Estabelece os procedimentos para o recebimento de bens imóveis situados em Unidades de Conservação federais de domínio público com fins de regularização fundiária, através da Doação Voluntária, Doação Antecipada, Doação para Compensação de Reserva Legal, Doação com fins de Compensação Florestal e para Cumprimento de outras Medidas Compensatórias, conforme processo administrativo 02070.020445/2024-93.

NOTA TÉCNICA

NOTA TÉCNICA INCRA Nº 3.448,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 1485

Dispõe sobre os procedimentos para a submissão de parcelas no Sistema de Gestão Fundiária para situações de Usucapião Judicial e Extrajudicial.

SÚMULAS RELACIONADAS

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF 1729
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1731

ENUNCIADOS DA I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF

I JORNADA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1735

ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF

I JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1738
III JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1743
IV JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1747
V JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1750
VI JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1754
VII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1756
VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1757
IX JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1758

ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF

I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1760
II JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1761
III JORNADA DE DIREITO COMERCIAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1762

ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF

I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764
II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764
III JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF 1764

ENUNCIADOS DA JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF

I JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” 1766
II JORNADA “PREVENÇÃO E SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE LITÍGIOS” 1769

ENUNCIADOS DA JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL – CJF

I JORNADA DE DIREITO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL 1774

ENUNCIADOS DO COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL – CNB

XIX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – MAIO/2014 1775
XX CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2015 1775
XXI CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – OUTUBRO/2016 1775
XXII CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – JUNHO/2017 1775
XXIV CONGRESSO DE DIREITO NOTARIAL – CNB/CF – AGOSTO/2019 1775

ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)

X CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1777
XI CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1777
XII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1777
XIII CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1778
XIV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1778
XV CONGRESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM) 1778

RECOMENDAÇÕES PARA AS CÂMARAS NACIONAIS E OS CONSELHOS NACIONAIS DOS NOTARIADOS MEMBROS DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO – UINL – OUTUBRO/2016

TEMA 1: O NOTÁRIO COMO TERCEIRO DE CONFIANÇA 1779
Recomendações para as câmaras nacionais e os conselhos nacionais dos notariados membros da UINL.

TEMA 2: A ESCRITURA PÚBLICA E A DIGITALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS: DIREITOS TÉCNICOS E JURÍDICOS 1780

CONCLUSÕES INTERNACIONAIS DO 30º CONGRESSO MUNDIAL DA UNIÃO INTERNACIONAL DO NOTARIADO (UINL)

TEMA 1: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL EM ÂMBITO VIRTUAL 1781
TEMA 2: O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA NOTARIAL VINCULADO À RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS NACIONAIS NA ÉPOCA PÓS-PANDEMIA 1781

ORIENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS NOTARIAIS E DE REGISTRO DA ESCOLA NACIONAL DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTROS – ENNOR

ORIENTAÇÃO SOBRE NOTAS 1782
ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 1782
ORIENTAÇÃO SOBRE REGISTRO DE IMÓVEIS 1782